



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Exercício de 2017

Maio de 2018

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Montepio Seguros, SGPS, S.A.', is positioned above a blue handwritten mark. The blue mark consists of a stylized 'M' or 'A' shape with a vertical line extending downwards, resembling a signature for 'SGPS'.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
A. Enquadramento macroeconómico.....	11
B. Enquadramento do mercado segurador nacional.....	13
II. FACTOS RELEVANTES EM 2017	17
III. A DINÂMICA EMPRESARIAL	18
A. Síntese	18
1. Produção de seguro direto.....	18
2. Custos com sinistros de seguro direto	18
3. Custos e gastos de exploração de seguro direto	19
4. Resseguro cedido.....	19
5. Custos por natureza a imputar.....	20
B. A atividade da gestão dos fundos de pensões	20
C. Ativos Financeiros.....	20
D. Margem de solvência	21
E. Resultado líquido e capitais próprios.....	21
F. Recursos humanos	21
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	22
V. PERSPECTIVAS PARA 2018	22
A. A atividade económica	22
B. O enquadramento do mercado segurador.....	23
C. A estratégia para o triénio 2018-2020	24
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	27
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	35
CERTIFICAÇÕES	105
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	107

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Montepio Seguros, SGPS, S.A.', is positioned above a blue handwritten mark. The blue mark consists of a stylized 'M' or 'A' with a downward arrow and a bracket underneath, suggesting a signature or a specific identifier.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vice-Presidente	José Joaquim Fragoso
Secretário	O Secretário da Sociedade

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vice-Presidente	Eduardo José da Silva Farinha
Administrador	Fernando Dias Nogueira
Administrador	Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

Efetivo	KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves
Suplente	Miguel Pinto Douradinha Afonso

Secretários da Sociedade

Efetivo	Carla Fernanda dos Santos Cadilhe
Suplente	Susana Raquel dos Anjos Pacheco

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A row of handwritten signatures and initials in black and blue ink. From left to right, there are: a stylized 'AS', a signature that looks like 'R', a signature that looks like 'A', a blue signature that looks like 'A', a blue circle with a vertical line through it, and a small 'n' at the far right.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



A photograph of handwritten signatures and initials in black and blue ink. The signatures appear to be 'AP', 'RH', and 'ATD'. The initials 'D' and 'n' are also visible.

O Conselho de Administração da Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.
nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o
Relatório e Contas Consolidado relativo ao exercício de 2017.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Montepio Seguros, SGPS, S.A.", is positioned above a blue handwritten mark. The blue mark consists of a stylized "M" or "A" with a downward-pointing arrow to its right, followed by a small circle.

2

I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

A. Enquadramento macroeconómico

A economia global deverá atingir um crescimento de 3%, em 2017, de acordo com as estimativas do Banco Mundial. Esta melhoria, segundo a instituição, é reflexo das condições favoráveis de financiamento, das políticas monetárias expansionistas, do aumento da confiança e da estabilidade nos preços das matérias-primas.

No que diz respeito aos EUA, o crescimento deverá atingir os 2,3% em 2017, suportado pelo aumento do investimento privado. O acréscimo dos lucros das empresas, a desvalorização do dólar e a robustez da procura externa, contribuíram, também, para este desempenho. O mercado de trabalho norte-americano continua a caminhar para o pleno emprego e começa, agora, a registar um crescimento, ainda que moderado, no nível de salários. O crescimento económico aliado ao desempenho do mercado de trabalho, levou a Reserva Federal a continuar com o seu processo de normalização da política monetária em 2017, aumentando a taxa de juro de referência e reduzindo gradualmente o seu balanço.

Na Zona Euro, o crescimento económico em 2017, deverá atingir os 2,4%, beneficiando dos estímulos da atual política monetária e de um fortalecimento da procura global. A taxa de desemprego atingiu o valor mais baixo desde 2009, havendo, no entanto, pouco crescimento ao nível de salários. Este facto, aliado à apreciação do Euro, deverá adiar o aumento da inflação. O índice de preços, deverá permanecer abaixo do objetivo definido pelo Banco Central Europeu, pelo que poderão não ocorrer subidas de taxas de juro em 2018.

Na Europa, os mercados acionistas encerraram o ano de 2017 com valorizações positivas, embora tenha ocorrido alguma volatilidade pontual (durante o ano), causada pelas eleições presidenciais francesas e pelo referendo à independência da Catalunha. Os índices acionistas norte-americanos terminaram 2017 com valorizações significativas, tendo o ano sido marcado, por um nível de volatilidade atípicamente reduzido.

Região	Índice	Var. 2017
EUA	S&P 500	19,42%
	Nasdaq 100	31,52%
	Dow Jones Industrial	25,08%
Europa	DAX (Alemanha)	12,51%
	CAC 40 (França)	9,26%
	IBEX 35 (Espanha)	7,40%
	PSI 20 (Portugal)	15,15%
Ásia	FTSE MIB (Itália)	13,16%
	FTSE 100 (Reino Unido)	7,63%
	Nikkei 225 (Japão)	19,10%
Ásia	Hang Seng (Hong Kong)	35,99%

Fonte: Bloomberg

A economia portuguesa, em 2017, apresentou um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,7%, mantendo-se uma expectativa de recuperação do crescimento económico. Esta tendência manter-se-á, segundo o Banco de Portugal, durante os próximos anos devendo atingir os 2,9% em 2018.

O desempenho da economia portuguesa deverá acompanhar os níveis de crescimento da Zona Euro. Numa ótica per capita, Portugal continuará a convergir ligeiramente para a média europeia, facto que é justificado, também, pela redução da população nacional.

	2016	2017	2018P	2019P
Produto Interno Bruto	1,60%	2,70%	2,90%	1,90%
Consumo Privado	2,10%	2,10%	2,10%	1,80%
Formação Bruta de Capital Fixo	1,50%	9,00%	6,10%	5,90%
Exportações	4,40%	7,90%	6,50%	5,00%

Fonte: Banco de Portugal

O consumo privado atingiu em 2017 um crescimento de 2,1%, beneficiando de condições monetárias e financeiras favoráveis. A recuperação do mercado de trabalho contribuiu, igualmente, para a melhoria deste indicador.

O consumo público deverá reduzir ligeiramente em 2017, segundo as projeções do Banco de Portugal. No entanto, em 2018, poderá haver, novamente, lugar a uma aceleração desta rubrica justificada, em parte, pela perspetiva de menores poupanças com parcerias público-privadas.

A formação bruta de capital fixo registou uma aceleração robusta em 2017, alcançando um crescimento de 9,0%, refletindo um elevado dinamismo nas principais componentes deste indicador, nomeadamente, na construção, máquinas e equipamentos e material de transporte.

Em 2017, as exportações alcançaram uma dinâmica bastante positiva, voltando a aumentar o peso desta componente no PIB. Destaca-se a evolução positiva do segmento de bens e serviços, com particular relevância para o setor do turismo.

O mercado de trabalho registou uma evolução favorável, com a taxa de desemprego a evoluir dos 11,1% em 2016, para os 8,9% em 2017. O Banco de Portugal prevê que o mercado de trabalho continue a apresentar uma tendência de recuperação, com uma taxa de desemprego de 7,8% e 6,7%, em 2018 e 2019, respetivamente.

B. Enquadramento do mercado segurador nacional

De acordo com a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), no ano de 2017, o volume da produção de seguro direto situou-se nos 10,7 mil milhões de euros, tendo-se verificado uma inversão da tendência decrescente dos dois últimos anos, com um aumento de 4,1%, em relação ao ano transato.



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Evolução da Produção (milhões de euros)

	2015	2016	2017	Δ 17/16
VIDA	8.407	6.422	6.628	3,2%
Contratos de Seguros	3.341	2.429	2.419	-0,4%
Vida Não Ligados	3.303	2.395	2.388	-0,3%
Vida Ligados	38	34	31	-9,3%
Capitalização	0	0	0	0,0%
Contratos de Investimentos	5.066	3.993	4.210	5,4%
Vida Não Ligados	2.989	2.374	2.165	-8,8%
Vida Ligados	2.076	1.619	2.045	26,3%
Capitalização	1	0	0	0,0%
NÃO VIDA	3.535	3.855	4.073	5,7%
Acidentes e Doença	1.233	1.378	1.518	10,2%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	515	593	661	11,5%
<i>Doença</i>	612	674	733	8,8%
<i>Acidentes (Outros)</i>	106	111	124	11,7%
Incêndio e Outros Danos	699	732	735	0,4%
Automóvel	1.307	1.422	1.477	3,9%
Restantes	296	323	343	6,2%
TOTAL	11.942	10.277	10.701	4,1%

Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Para este aumento do volume de produção, contribuiu de forma significativa o segmento Vida, com um crescimento de 3,2%, revelando um progresso assinalável face aos anos

anteriores, que foram de decréscimo (2015: -17,8%, 2016: -23,6%). O volume de prémios atingiu os 6,6 mil milhões de euros, representando 62% do total da produção.

Ainda no segmento Vida, salientam-se os planos de poupança reforma (PPR), que apresentaram um crescimento de 30%, o que demonstra a atratividade destes produtos dado o atual contexto de baixas taxas de juro. Os seguros ligados a fundos de investimento registaram um acréscimo de 26,3%, face a 2016.

Em 2017, os ramos Não Vida continuaram a registar uma evolução positiva, com um crescimento de 5,7%, o que representa um aumento de 3,4 pontos percentuais face a 2016, com uma produção de cerca de 4,1 mil milhões de euros.

O ramo que mais se destaca continua a ser Acidentes e Doença, com um crescimento de 10,2%, tornando-se o ramo com maior peso no total da produção, atingindo os 37,3%.

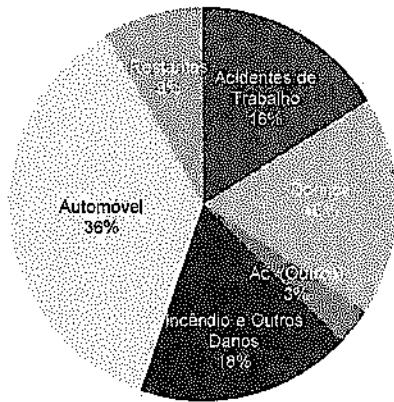
A modalidade Acidentes de Trabalho evidencia um crescimento de 11,5%, em conformidade com o que tem acontecido nos últimos quatro anos, atingindo um peso de 16,2% do total dos ramos Não Vida. Este comportamento decorre do crescimento económico, que induz o aumento da massa salarial, bem como da correção dos prémios devido ao persistente desequilíbrio técnico da modalidade.

Também o ramo Doença evidencia uma tendência de evolução favorável, com um crescimento de 8,8%, representando 18% do mercado Não Vida. Este comportamento resulta essencialmente do aumento do universo de pessoas seguras.

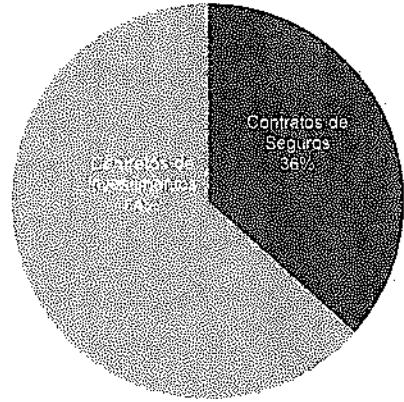
O ramo Automóvel representa 36,3% do total da produção Não Vida, com um crescimento de 3,9%, muito suportado no aumento do número de veículos seguros.

Apesar de um crescimento mais moderado, o ramo Incêndio e Outros Danos, apresentou uma evolução de 0,4%, com maior foco nos seguros de multiriscos, que representam aproximadamente 90% da produção total do ramo. No decorrer do segundo semestre de 2017, verificou-se um maior crescimento nos produtos multiriscos. Esta situação resultou, em parte, da recuperação do mercado imobiliário, que beneficiou do acréscimo de procura de investidores não residentes e do aumento do crédito à habitação.

Composição Prémios Não Vida 2017



Composição Prémios Vida 2017



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Os custos com sinistros registaram um decréscimo de 23,3% face a 2017, situando-se nos 9,2 mil milhões de euros.

(milhões de euros)

	2015	2016	2017	Δ 15/16	Δ 16/17
VIDA	9.943	9.355	6.285	-5,9%	-32,8%
NÃO VIDA	2.382	2.694	2.959	13,1%	9,8%
Acidentes de Trabalho	546	645	642	18,1%	-0,4%
Doença	465	490	528	5,4%	7,6%
Incêndio e Outros Danos	301	384	564	27,5%	46,8%
Automóvel	951	1.065	1.094	11,9%	2,8%
Restantes Ramos	119	110	131	-7,7%	19,3%
TOTAL	12.325	12.049	9.244	-2,2%	-23,3%

A redução observada nos custos com sinistros é justificada com a diminuição ocorrida no ramo Vida de 32,8%, que resulta, em grande medida, da diminuição dos resgates em 34,2%, face ao período homólogo.

Em 2017, nos ramos Não Vida, registou-se um crescimento de 9,8% dos Custos com Sinistros, face ao período homólogo. Este aumento foi influenciado pelo acréscimo ocorrido no ramo Incêndio e Outros Danos de 46,8%, resultado dos trágicos incêndios ocorridos durante o ano.

A estrutura dos custos com sinistros do segmento Não Vida, tem sido idêntica ao longo dos anos, sendo de salientar, que, para o período em análise, o ramo Incêndio e Outros Danos

registou um acréscimo de 4,8 p.p. Por outro lado, o ramo Automóvel e a modalidade Acidentes de Trabalho, diminuíram em 2,5 e 2,2 p.p., respetivamente.

II. FACTOS RELEVANTES EM 2017

No âmbito do acompanhamento dos níveis de solvência das empresas de seguros no perímetro de consolidação da Montepio Seguros, tendo em conta os objetivos estabelecidos por cada uma das Companhias, foram desencadeadas já em 2018 várias iniciativas no sentido de assegurar, em particular no caso da Lusitania e da N Seguros, o cumprimento dos níveis de solvência estabelecidos nas respetivas Políticas de Apetite ao Risco.

Na sequência de uma avaliação pelo maior acionista da Montepio Seguros SGPS (Montepio Geral – Associação Mutualista), constituíram-se imparidades nas participações de empresas do setor segurador¹. Estas imparidades centraram-se na Lusitania e na N Seguros, tendo sido determinadas com base nos planos de negócios aprovados pela gestão das duas Companhias, mas com ajustamentos nos pressupostos, com incidência nos níveis de solvência exigidos pela atividade seguradora e ainda pelo facto do Montepio Geral-Associação Mutualista ter celebrado um contrato, com condições em apreciação, com vista à cedência do controlo da Montepio Seguros.

Adicionalmente, a Lusitania em 2017 procedeu à realização dos testes de imparidade do *Goodwill* e do *Value in Force* registados no seu ativo, relativos às carteiras de seguros adquiridas da Royal & Sun Alliance, da Genesis e da Real Seguros, no montante de 18,67 milhões de euros e 7,55 milhões de euros, respetivamente, e tendo em conta o facto do Montepio Geral - Associação Mutualista, em 2016, ter considerado o *write-off* do *Goodwill* e do *Value in Force* na consolidação do exercício de 2016, foi deliberado adotar o mesmo critério na Lusitania. Desta forma, a Companhia procedeu à reexpressão das contas de 2016 para reconhecer a desconstituição de Ativos Intangíveis líquidos de amortizações no valor total de 26,2 milhões de euros.

A Lusitania Vida obteve, em novembro de 2017, autorização da ASF para liquidar antecipadamente o empréstimo obrigacionista emitido em 2017, tendo deixado o referido empréstimo de ser considerado em fundos próprios para efeitos prudenciais. Não obstante

¹ Relatório e Contas do Montepio Geral – Associação Mutualista de 2017. Detalhes do teste de imparidade na nota 22.

esta situação, a Companhia manteve níveis elevados de solvência em resultado da sua situação financeira.

III. A DINÂMICA EMPRESARIAL

A. Síntese

A Montepio Seguros SGPS apresentou um resultado líquido consolidado de -11.190.826, o que corresponde a uma variação de 65,7% face ao resultado reportado em 2016 reexpressado.

1. Produção de seguro direto

A produção das empresas de seguros apresentou um crescimento de 0,9%, por comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 234,8 milhões de euros.

Produção de seguro direto	2017	2016	Δ 17/16
Vida	32.127	34.034	-5,6%
Não Vida	202.696	198.651	2,0%
TOTAL	234.823	232.685	0,9%

2. Custos com sinistros de seguro direto

Os custos com sinistros de seguro direto, em 2017, atingiram os 239,8 milhões de euros, registando um crescimento de 32,0% face ao ano anterior.

Custos com sinistros de seguro direto	2017	2016	Δ 17/16
Vida	23.817	27.590	-13,7%
Não Vida	215.935	154.003	40,2%
TOTAL	239.752	181.593	32,0%

A taxa de sinistralidade de seguro direto consolidada, em função dos prémios emitidos de seguro direto apresentou um crescimento significativo em relação ao ano anterior, de 71,8%

para 101,2%. Esta variação está fortemente relacionada com os eventos catastróficos ocorridos durante o ano, tendo-se verificado um sinistro materialmente relevante, no montante de 66,7 milhões de euros, com efeito no ramo Incêndio e Outros Danos. O sinistro referido está associado a um negócio com transferência integral do risco, sem impacto nos resultados.

3. Custos e gastos de exploração de seguro direto

Em 2017, os custos e gastos de exploração de seguro direto, situaram-se nos 64,5 milhões de euros, com uma diminuição de 3,5%, tendo-se observado uma redução de 22,7% ao nível do segmento vida.

Custos e gastos de exploração	2017	2016	Δ 17/16
Vida	8.606	11.138	-22,7%
Não Vida	55.909	55.738	0,3%
TOTAL	64.516	66.876	-3,5%

As taxas de comissionamento, em função dos prémios adquiridos diminuíram de 21,8% para 20,8%.

4. Resseguro cedido

O resultado de resseguro cedido, em 2017, foi desfavorável aos resseguradores, em 51 milhões de euros, refletindo um aumento de 742,3%, quando comparado com os valores consolidados de 2016. Esta situação verifica-se essencialmente nas Companhias Não Vida, tendo sido de caráter extraordinário, em resultado de um sinistro de grande dimensão que influenciou esta rúbrica de forma muito significativa (situação já referida no ponto 2).

Resultado de resseguro cedido	2017	2016	Δ 17/16
Vida	-769	-980	21,5%
Não Vida	52.066	-7.006	843,2%
TOTAL	51.297	-7.986	742,3%

5. Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza no exercício de 2017 representam 24,1% dos prémios adquiridos de seguro direto. O montante global aumentou em 2,8 milhões de euros, face a 2016, registando um aumento de 5,4%.

(milhares de euros)

Custos por natureza	2017	2016	Δ 17/16
TOTAL	56.284	53.400	5,4%

B. A atividade da gestão dos fundos de pensões

As boas rendibilidades obtidas ao longo do ano e o crescimento de contribuições permitiram um crescimento de 5,3% no total de ativos sob gestão, tendo sido atingido um volume total de 1,6 mil milhões de euros. No final do ano de 2017, a Futuro aumentou o número de fundos de pensões abertos em 2 fundos e iniciou a gestão de três fundos de pensões fechados.

A Lusitania Vida manteve, durante o ano de 2017, o mesmo número de fundos de pensões sob gestão, no total de seis. A 31 de dezembro de 2017, a Futuro é responsável pela gestão de 14 fundos fechados e 16 fundos abertos.

(milhares de euros)

Fundos de pensões	2017		2016		Variação	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Fechados	20	1.189.647	18	1.141.087	11,1%	4,3%
Abertos	16	384.319	14	354.253	14,3%	8,5%
TOTAL	36	1.573.966	32	1.495.341	12,5%	5,3%

C. Ativos Financeiros

Em 2017, a carteira da Montepio Seguros SGPS atingiu o valor de 922,2 milhões de euros, mais 26,6 milhões que o valor consolidado do ano anterior e é constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável e por imóveis.

O resultado financeiro alcançou, no ano de 2017, 11,3 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 2,2 milhões de euros.

D. Margem de solvência

O rácio de cobertura de requisitos de capital de solvência (SCR), comunicado preliminarmente, ao Regulador, situa-se acima do nível de cumprimento, conforme estabelecido no nº 4 do artigo 20º da Lei 147/2015, de 9 de setembro.

O rácio de SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do "Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira".

E. Resultado líquido e capitais próprios

Os capitais próprios atribuíveis à Montepio Seguros registaram um aumento de 1,8 milhões de euros, face aos valores consolidados reexpressos de 2016, atingindo 82 milhões de euros. O resultado líquido situa-se em -11.190.826 euros, tendo-se verificado uma melhoria de 21,4 milhões de euros, face a 2016 reexpresso.

Capitais próprios	2017	2016 ⁽¹⁾	2016	Δ 17/16 ⁽¹⁾	Δ 17/16
Capital social	137.750	137.750	137.750	0,0%	0,0%
(Ações próprias)	-5.062	-5.062	-5.062	0,0%	0,0%
Outros instrumentos de capital	135.500	135.500	135.500	0,0%	0,0%
Reservas	-70.659	-85.278	-85.278	17,1%	17,1%
Resultados transitados	-104.317	-70.147	-70.147	-48,7%	-48,7%
Resultado líquido	-11.191	-32.614	-7.234	65,7%	-54,7%
Capitais próprios	82.022	80.149	105.530	2,3%	-22,3%

⁽¹⁾ Resultados Reexpressos

F. Recursos humanos

O quadro de pessoal das participadas, em 31 de dezembro de 2017, era de 626 colaboradores, registando-se uma redução de 1,4%, face a 2016, exercício em que o número de colaboradores se situou em 635.

Sendo um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, as ações de formação tiveram a participação de 440 colaboradores e totalizaram 13.312 horas.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de -11.190.826 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados Transitados.

V. PERSPECTIVAS PARA 2018

A. A atividade económica

A economia global deverá crescer 3,1% no ano de 2018. As projeções económicas apontam para um crescimento das economias mais desenvolvidas na ordem de 2,2% suportado pela normalização das políticas monetárias expansionistas. As economias emergentes deverão registar um crescimento de 4,5% beneficiando de uma melhoria da atividade nos exportadores de matérias-primas.

No que se refere à Zona Euro, segundo as projeções macroeconómicas da Comissão Europeia, estima-se um crescimento de 2,3% em 2018 e 2% em 2019. A Comissão acredita que o crescimento da Zona Euro será sustentado pelo aumento do investimento que deverá ocorrer fruto do acréscimo da procura, dos elevados níveis de capacidade instalada e das condições favoráveis de financiamento.

Relativamente às estimativas para a inflação, as projeções apontam para um aumento nos próximos anos, 1,5% em 2018 e 1,6% em 2019, refletindo um ligeiro aumento dos preços do petróleo.

No que se refere à economia nacional, segundo o Banco de Portugal, o crescimento em 2018 deverá acelerar para 2,9% e em 2019 deverá fixar-se nos 1,9%. Esta dinâmica de crescimento será concretizada com a ajuda das exportações e do investimento. O consumo privado deverá continuar a crescer 2,1% em 2018 e 1,8% em 2019.

A recuperação da atividade será acompanhada por uma melhoria gradual da situação no mercado de trabalho. Projeta-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo moderado, e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego, que baixará para 7,8% em 2018 e 6,7% em 2019.

B. O enquadramento do mercado segurador

Considera-se que o mercado segurador português tem espaço para desenvolvimento, atendendo a que o índice de penetração de seguros em se encontra abaixo da média europeia.

Ao nível do segmento Não Vida, espera-se a continuidade do crescimento da produção, em linha com a retoma da atividade económica e do investimento. Destaca-se a importância de assegurar a manutenção do processo de sustentabilidade técnica das principais linhas de negócio, com particular incidência ao nível do Automóvel e Acidentes de Trabalho, com o prosseguimento das ações de correção das políticas de subscrição e de provisionamento.

Ao nível do segmento Vida, o processo de recuperação económica e financeira da economia portuguesa, bem como a sensibilização para melhores níveis de proteção individual e crescente percepção para a necessidade da poupança individual, criam as condições para o aumento da produção.

Com o mundo em constante mudança e com um desenvolvimento tecnológico cada vez mais rápido, os operadores deverão desenhar novos caminhos e adequar o negócio, de forma a estabelecer novos pontos de crescimento e novas ferramentas para fazer face, também, a riscos emergentes para os quais as pessoas e as empresas necessitam proteção.

Os próximos anos serão exigentes e com grandes desafios para o mercado segurador, com a necessidade de adaptação a vários quadros de conjuntura económica e financeira, bem como regulamentar. Neste último aspeto, continua a ser necessário endereçar os requisitos de capital estabelecidos pelo regime Solvência II, bem como a preparação para a alteração do relato financeiro e contabilístico determinada pela adoção da norma de contabilidade IFRS 17 em janeiro de 2021.

No exercício de 2018 os desafios colocam-se, igualmente, ao nível da aplicação da legislação relativa à proteção de dados individuais, da transposição da diretiva europeia da distribuição de seguros e da legislação sobre os pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros.

C. A estratégia para o triénio 2018-2020

A Montepio Seguros SGPS é uma entidade gestora de participações, que centra a sua atividade na alocação, de forma eficiente, do capital necessário para o desenvolvimento das operações das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

Com vista ao cumprimento dos requisitos de capital, a Montepio Seguros SGPS continuará a desenvolver as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos em termos de níveis de solvência. Nesse sentido foi deliberado pela Montepio Seguros, no inicio de maio de 2018, o reforço de fundos próprios na N Seguros através de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital no montante de 2,5 milhões de euros. Foi igualmente definido o aumento dos fundos próprios da Lusitania em 30 milhões de euros, através do reforço de 20 milhões de euros de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital efetuado pela Montepio Seguros, e pela tomada firme pelo Montepio Geral – Associação Mutualista de um empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Lusitania no montante de 10 milhões de euros. Os fundos necessários para o reforço das referidas Prestações Acessórias pela holding decorrem do reforço das Prestações Acessórias na Montepio Seguros pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Sociedade, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade da Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 21 de maio de 2018

O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



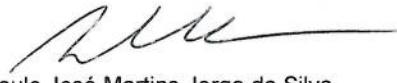
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2017

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

25

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Montepio Seguros, SGPS, S.A.', is positioned above a blue ink mark consisting of a circle with a diagonal line through it and a small circle to its right. The number '2' is written in the bottom right corner of the page.

Balanço consolidado
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas do anexo	ATIVO CONSOLIDADO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	valores em euros	
				2017	2016 (Reexpresso)
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.354.597	-	16.354.597	23.880.692
4	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	256.705	-	256.705	256.705
7	Ativos financeiros detidos para negociação	14.967	-	14.967	-
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	8.116.425	-	8.116.425	6.870.427
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	715.333.239	8.591.971	706.741.268	653.883.143
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	47.068.251	472.085	46.596.166	68.925.935
	Depósitos junto de empresas cedentes	335.540	-	335.540	321.938
	Outros depósitos	46.095.656	-	46.095.656	65.440.941
	Empréstimos concedidos	637.055	472.085	164.970	3.163.056
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
7	Investimentos a deter até à maturidade	86.078.104	-	86.078.104	84.506.835
8	Terrenos e edifícios	66.197.470	8.152.800	58.044.670	57.270.919
	Terrenos e edifícios de uso próprio	47.174.366	8.152.800	39.021.566	40.068.973
	Terrenos e edifícios de rendimento	19.023.104	-	19.023.104	17.201.946
9	Outros ativos tangíveis	25.724.257	21.724.465	3.999.792	9.546.482
10	Inventários	1.146.872	-	1.146.872	1.287.205
11	Goodwill	-	-	-	-
11	Outros ativos intangíveis	24.071.997	5.529.646	18.542.351	18.997.603
5.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	108.672.189	-	108.672.189	53.028.972
	Provisão para prémios não adquiridos	8.173.346	-	8.173.346	7.592.494
	Provisão matemática	224.975	-	224.975	205.792
	Provisão para sinistros	99.577.341	-	99.577.341	44.115.092
	Provisão para participação nos resultados	696.527	-	696.527	1.115.594
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	521.492	-	521.492	506.119
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	40.921.814	8.355.041	32.566.773	73.584.921
	Contas a receber por operações de seguro directo	19.257.753	4.113.729	15.144.024	52.055.975
	Contas a receber por operações de resseguro	7.787.812	778.589	7.009.223	5.774.354
	Contas a receber por outras operações	13.876.249	3.462.723	10.413.526	15.754.592
16	Ativos por impostos e taxas	16.395.863	-	16.395.863	16.589.521
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	968.678	-	968.678	642.795
	Ativos por impostos diferidos	15.427.185	-	15.427.185	15.946.726
14	Acréscimos e diferimentos	1.059.335	-	1.059.335	4.482.934
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	1.157.933.577	52.826.008	1.105.107.569	1.073.818.413

Lisboa, 21 de Maio de 2018

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Vice- Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Mandela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Balanço consolidado
em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS	2017	valores em euros
			2016 (Reexpresso)
	PASSIVO		
5	Provisões técnicas	526.361.042	455.313.776
	Provisão para prémios não adquiridos	48.826.581	47.425.100
	Provisão matemática do ramo vida	104.359.112	100.411.975
	Provisão para sinistros	348.750.349	285.282.974
	De vida	23.677.512	20.516.532
	De acidentes de trabalho	149.037.123	138.048.073
	De outros ramos	176.035.714	126.718.369
	Provisão para participação nos resultados	11.824.900	10.102.588
	Provisão para desvios de sinistralidade	7.878.345	7.289.944
	Provisão para riscos em curso	4.721.755	4.801.195
7.3	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	382.400.548	381.144.281
7.4	Outros passivos financeiros	56.361.040	59.515.802
	Passivos subordinados	41.000.000	41.000.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	15.361.040	18.515.802
	Outros	-	-
24	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.551.160	2.036.435
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	28.546.898	31.222.871
	Contas a pagar por operações de seguro direto	15.180.725	14.115.478
	Contas a pagar por operações de resseguro	7.554.212	10.890.887
	Contas a pagar por outras operações	5.811.961	6.216.506
16	Passivos por impostos e taxas	19.978.524	14.565.027
	Passivos por impostos correntes	13.099.336	11.469.979
	Passivos por impostos diferidos	6.879.188	3.095.048
14	Acréscimos e diferimentos	5.427.631	47.924.078
15	Outras provisões	3.311.282	4.221.026
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como devido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	1.023.938.125	995.943.296
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	137.750.000	137.750.000
	(Ações Próprias)	(5.061.605)	(5.061.605)
27	Outros instrumentos de capital	135.500.001	135.500.001
28	Reservas de reavaliação	32.664.136	12.688.211
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	32.664.136	12.673.630
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	14.581
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por revalorização de activos intangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
28	Reserva por impostos diferidos e correntes	(8.411.146)	(3.382.547)
28	Outras reservas	(94.912.137)	(94.583.317)
	Resultados tradados	(104.316.547)	(70.147.278)
	Resultado líquido do exercício	(11.190.826)	(32.614.185)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	82.921.876	80.149.280
4	Interesses que não controlam	(852.432)	(2.474.163)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	81.169.444	77.675.117
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO	1.105.107.569	1.073.618.413

Lisboa, 21 de Maio de 2018

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Quia
Virgílio Manuel Boavista Lima

Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Eduardo José da Silva Farinha

Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Fernando Dias Nogueira

Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues

Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva

Vogal

**Demonstração dos resultados consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADA	Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	valores em euros	
					2017	2016 (Respresso)
7	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	26.912.889	171.743.179	-	188.656.008	198.449.936
7	Prémios brutos emitidos	32.126.908	202.696.119	-	234.823.077	232.684.574
2	Prémios de resseguro cedido	5.214.019	30.045.450	-	35.259.469	33.997.228
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	1.468.342	-	1.468.342	(225.862)
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	580.852	-	580.852	(523.272)
10	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.722.098	-	-	1.722.099	1.812.738
5	Costos com arsistros, líquidos de resseguro	20.792.034	136.863.067	-	157.655.101	161.197.019
	Montantes pagos	17.657.944	132.274.555	-	149.982.499	168.317.032
	Montantes brutos	20.655.829	155.941.268	-	176.597.097	179.859.173
	Parte dos resseguradores	2.967.885	23.666.713	-	26.634.598	11.542.141
	Provisão para sinistros (variação)	3.104.050	4.588.512	-	7.692.602	(7.120.013)
	Montante bruto	3.160.980	59.993.871	-	63.154.851	1.733.326
	Parte dos resseguradores	56.890	55.405.359	-	55.462.249	8.853.339
5	Provisão contabilística do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	3.217.479	-	-	3.217.479	(1.948.755)
	Montante bruto	3.236.662	-	-	3.236.662	(1.948.755)
	Parte dos resseguradores	(19.183)	-	-	(19.183)	14.313
5	Participação nos resultados, líquida de resseguro	885.660	-	-	885.660	726.073
5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	508.962	-	508.962	(7.328.028)
22	Costos e gastos de exploração líquidos	7.186.265	53.450.743	-	60.637.028	60.796.913
	Costos de aquisição	6.067.766	42.353.976	-	48.421.742	50.697.554
5	Costos de aquisição diferidos (variação)	-	(86.862)	-	(86.862)	301.623
	Gastos administrativos	2.538.645	13.642.042	-	16.180.687	15.877.040
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	1.420.126	2.458.413	-	3.876.539	6.079.304
19	Rendimentos	18.552.378	3.231.266	1.168.040	22.951.684	22.560.389
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	18.332.209	2.938.992	576.464	21.847.665	21.921.040
	Outros	220.169	292.274	591.576	1.104.019	1.139.349
19	Gastos financeiros	524.236	1.740.721	253.785	2.518.742	2.605.890
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	80.551	-	80.551	71.745
	Outros	-	-	-	-	-
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	524.236	1.660.170	253.785	2.438.191	2.734.145
	De ativos disponíveis para venda	(11.803.126)	2.641.614	(5.504)	(9.167.116)	(10.934.553)
	De investimentos a deter até à maturidade	(340.374)	2.641.614	(5.504)	2.295.736	(614.813)
73	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(11.462.852)	-	-	(11.462.852)	(10.346.859)
	De outros	-	-	-	-	33.756
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	589.750	(899.701)	2.560	(307.391)	(638.619)
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	589.750	(899.701)	2.560	(307.391)	(638.619)
	Diferenças de câmbio	-	-	(5.765)	(5.765)	37.847
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes devidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	(35.360)
7	Perdas de imparidade líquidas de reversão	-	484.872	14.051	488.923	32.536.291
	De ativos disponíveis para venda	-	386.230	-	386.230	1.978.118
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	(3.125.590)
	De investimentos a deter até à maturidade	-	(40.721)	-	(40.721)	653.925
	De outros	-	139.363	14.051	153.414	33.012.738
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	78.678	(74.209)	-	4.873	329.531
16	Outras provisões (variação)	-	-	851.165	851.165	(1.074.825)
28	Outros rendimentos/gastos	-	792.648	1.676.232	2.468.885	1.901.566
	Rendimentos de prestação de serviços	-	-	9.255.976	9.255.976	7.155.438
	Gastos com prestação de serviços	-	-	6.303.237	6.303.237	4.216.656
	Outros rendimentos/gastos	-	-	(1.276.507)	(483.859)	(1.037.216)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	3.447.074	(15.613.564)	1.716.562	(10.449.928)	(33.829.103)
10	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	1.757.680	1.757.680	1.467.765
10	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	(866.224)	(866.224)	(1.551.966)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	3.447.074	(15.613.564)	828.106	(11.341.384)	(33.744.902)
4	Interesses que não controlam	-	-	-	(150.556)	(1.130.717)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL	3.447.074	(15.613.564)	828.106	(11.190.826)	(32.614.185)

Lisboa, 21 de Maio de 2018

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**Demonstração do rendimento integral consolidado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	valores em euros					
	2017		2016 (Reexpresso)			
	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	15.085.121	132.832	15.217.953	(352.895)	27.280	(325.615)
Reserva de justo valor Impostos diferidos e correntes	20.202.405 (5.117.284)	164.686 (31.854)	20.367.091 (5.149.138)	(438.110) 85.215	35.885 (8.605)	(402.225) 76.610
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados	(328.820)	(6.450)	(335.270)	(450.647)	(29.995)	(480.642)
Reconhecimento dos desvios actuariais Impostos diferidos e correntes	(310.545) (18.275)	(6.450) -	(316.995) (18.275)	(425.601) (25.046)	(29.995) -	(455.596) (25.046)
Outro rendimento integral	14.756.301	126.382	14.882.683	(803.542)	(2.715)	(806.257)
Resultado líquido do exercício	(11.190.826)	(150.558)	(11.341.384)	(32.614.185)	(2.474.162)	(35.088.347)
Rendimento integral do exercício	3.565.475	(24.176)	3.541.299	(33.417.727)	(2.476.877)	(35.894.604)

Lisboa, 21 de Maio de 2018

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clermense
Maria da Conceição Clermense

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

Demonstração das alterações do capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Capital	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras reservas	Resultados Transladados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio	valores em euros
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	137.750.000	135.600.001	(6.468.000)	13.126.321	(3.467.762)	(95.728.676)	(47.816.400)	(22.331.878)	110.564.697	(1.756.889)	108.807.718	
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	(450.647)	-	-	(450.647)	(29.995)	-	(480.642)
Variação de desvios actuariais	-	-	1.406.395	-	-	2.587.664	-	-	3.994.059	-	3.994.059	
Alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	(991.659)	-	-	(991.659)	416.158	-	(675.601)
Outras variações de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(362.896)	27.280	-	(326.616)
Alterações de justo valor	-	-	-	(438.110)	85.215	-	-	-	(32.614.185)	(32.614.185)	(1.130.717)	(33.744.902)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (Reexpresso)	137.750.000	135.600.001	(5.061.605)	12.688.211	(3.382.547)	(94.583.317)	(70.147.278)	(32.614.185)	80.149.280	(2.474.162)	77.675.118	
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	(32.614.185)	-	-	32.614.185	-	-	-
Variação de desvios actuariais	-	-	-	-	-	(328.620)	-	-	(328.620)	(6.450)	-	(335.270)
Alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações de reservas	-	-	-	(226.480)	68.685	-	(1.555.084)	-	(1.692.878)	1.545.906	-	(46.973)
Alterações de justo valor	-	-	-	20.202.405	(5.117.284)	-	-	-	16.085.121	132.832	-	15.217.953
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.190.826)	(11.190.826)	(150.558)	(11.341.384)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	137.750.000	135.600.001	(5.061.605)	32.664.136	(8.411.146)	(84.912.137)	(104.316.547)	(11.190.826)	82.021.876	(852.432)	81.169.444	

Lisboa, 21 de Maio de 2018

O Contabilista Certificado

Maria da Conceição Clemente
Maria da Conceição Clemente

O Conselho de Administração

Boavista
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente

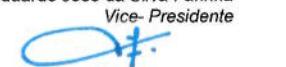
Eduardo José da Silva Farinha
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente

Fernando Dias Nogueira
Fernando Dias Nogueira
Vogal

Maria Manuela Traquina Rodrigues
Maria Manuela Traquina Rodrigues
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**Demonstração dos fluxos de caixa consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	Euros	
	2017	2016 (Reexpresso)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(11.190.826)	(32.614.185)
Depreciações e amortizações do exercício	4.738.451	4.095.485
Variação das provisões técnicas de seguro directo	71.047.266	(6.232.594)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	(55.643.217)	(9.732.785)
Variação de passivos por contratos de investimento e passivos financeiros	(1.898.495)	65.029.454
Imparidade de activos líquida de reversões e recuperações	(6.262.681)	11.389.001
Variação de outras provisões	(909.744)	(6.728.778)
Variação de activos de negociação	(14.967)	-
Variação de empréstimos e contas a receber	22.527.875	(33.048.509)
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	41.014.159	(10.157.967)
Variação de outros activos e passivos por impostos	578.556	(567.901)
Variação de outros activos e passivos	(40.856.495)	(869.900)
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(2.675.973)	9.307.392
	<hr/>	<hr/>
	20.453.909	(10.131.287)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	(1.245.998)	(2.907.505)
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(31.938.919)	(38.849.103)
Variação nos activos financeiros a deter até à maturidade	(1.571.269)	12.268.224
Reavaliações/write-offs, aquisições e alienações de activos tangíveis, intangíveis e imóveis	5.998.320	23.141.258
Efeito da alteração de interesses em subsidiárias e associadas	777.861	(995.520)
	<hr/>	<hr/>
	(27.980.005)	(7.342.646)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Recebimentos de prestações suplementares	-	-
Alienação de acções próprias	-	3.994.059
Reembolsos de prestações suplementares e interesses que não controlam	-	-
	<hr/>	<hr/>
	-	3.994.059
Variação líquida em caixa e equivalentes	(7.526.096)	(13.479.874)
Caixa e equivalentes no início do exercício	23.880.692	37.360.566
	<hr/>	<hr/>
Caixa e equivalentes no fim do exercício	16.354.597	23.880.692
Lisboa, 21 de Maio de 2018		
O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	
 Maria da Conceição Clemente	 Virgílio Manuel Boavista Lima Presidente	
	 Eduardo José da Silva Farinha Vice-Presidente	
	 Fernando Dias Nogueira Vogal	
	 Maria Manuela Traquina Rodrigues Vogal	
	 Paulo José Martins Jorge da Silva Vogal	

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações gerais

A Montepio Seguros SGPS, SA, adiante designada por Montepio Seguros ou Grupo, foi constituída em 27 de dezembro de 2014, sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e dedica-se à gestão de participações sociais do setor segurador e gestão de fundos de pensões.

A Montepio Seguros tem a sua sede na Rua de São Domingos à Lapa, 35, em Lisboa.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Maio de 2018, e encontram-se sujeitas à aprovação da Assembleia-Geral dos accionistas.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, entidade que controla a Montepio Seguros.

2. Informação por segmentos da atividade seguradora

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador e todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O Grupo considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos do Grupo são: Vida, Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

O relato por segmentos operacionais pode ser analisado como segue:

Rubrica	Total 2017	Euros					
		Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	234.823.027	32.126.908	202.696.119	65.603.681	45.299.251	79.547.908	12.245.279
Prémios de resseguro cedido	35.259.469	5.214.019	30.045.450	1.260.462	16.866.410	6.270.197	5.648.381
Prémios brutos adquiridos	233.334.684	32.126.908	201.207.776	65.928.824	44.100.660	78.902.615	12.275.677
Resultado dos investimentos	2.966.763	4.750.320	(1.783.557)	(1.329.059)	(164.556)	(235.542)	(54.400)
Custos com sinistros brutos	239.751.948	23.816.809	215.935.139	61.104.950	96.077.173	57.373.384	1.379.632
Custos de exploração brutos	64.515.567	8.806.411	55.909.156	17.039.375	12.948.250	22.519.336	3.402.195
Resultado técnico	(16.916.285)	3.447.074	(20.363.359)	(13.786.203)	(4.802.095)	(5.480.914)	3.705.853
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	850.215.421	539.969.832	310.245.589	172.976.198	64.392.431	61.294.965	11.581.995
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	908.761.590	522.262.072	386.499.518	160.228.743	114.310.223	92.621.436	19.339.116

Rubrica	Total 2016	Euros					
		Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	232.684.574	34.033.546	198.651.028	63.916.507	43.887.716	77.892.650	12.954.155
Prémios de resseguro cedido	33.937.228	4.972.718	28.964.510	1.542.897	16.338.653	5.713.528	5.369.432
Prémios brutos adquiridos	232.910.436	34.033.546	198.876.890	63.591.609	44.388.877	78.054.414	12.841.990
Resultado dos investimentos	5.625.316	4.246.718	1.378.598	3.382.414	(451.112)	(1.428.974)	(123.730)
Custos com sinistros brutos	181.592.499	27.589.718	154.002.781	55.196.512	33.347.706	61.658.778	3.799.785
Custos de exploração brutos	66.876.217	11.138.322	55.737.895	17.349.491	12.204.766	22.189.523	3.994.115
Resultado técnico	(2.394.379)	1.684.167	(4.078.546)	2.622.996	(1.130.901)	(5.499.278)	(71.363)
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	892.223.855	516.726.690	375.497.165	186.108.881	54.998.371	109.269.571	25.120.342
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	836.458.057	512.175.376	324.282.681	150.278.801	50.508.626	99.330.317	24.164.937

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Montepio Seguros reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2017, a Montepio Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Montepio Seguros não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento.

Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Montepio Seguros efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, rendimentos e gastos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Montepio Seguros e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização). O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Montepio Seguros detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Montepio Seguros exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente; (ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições; (iii) transações materiais entre o Grupo e a participada; e, (iv) intercâmbio de pessoal de gestão; (v) fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as empresas subsidiárias e associadas incluídas na consolidação estão referidas na Nota 4.

(ii) Goodwill e valor da carteira adquirida

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional aos ativos e passivos adquiridos.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional dos ativos e passivos adquiridos, consoante a opção tomada. Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indiciarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

(iv) Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

(v) Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

b) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos

quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentrarão de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso. Ao abrigo desta Norma o Grupo, pelo facto de ter iniciado em 2013 um processo de reestruturação interna, considerou que o acréscimo de custos daí resultante, no montante de 1.406.791 euros, iria provocar um aumento no valor da Provisão para riscos em curso não

relacionado com insuficiências tarifárias, pelo que optou por não considerar os referidos custos para efeitos de cálculo da Provisão para riscos em curso.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e elaborada por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;
- A Montepio Seguros calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábuas de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma optou pela tábuas de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábuas de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 3,00% (2016:3,25%) para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e 2,75% para os sinistros após aquela data e 1% de taxa de gestão;
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNR (*Incurred But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Montepio Seguros em 31 de dezembro de 2017, IBNR (*Incurred But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

O Grupo procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os *cash-flows* dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os *cash-flows* dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Montepio Seguros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

vii) Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

viii) Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

ix) Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados.

x) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Ativos financeiros**i) Classificação**

A Montepio Seguros classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Montepio Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e despreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Montepio Seguros se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são despreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Montepio Seguros ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Montepio Seguros tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Montepio Seguros tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam despreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente ou, na falta destas pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Montepio Seguros estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Montepio Seguros avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- Para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.
- Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.
- Para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 7.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. Grupo procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

h) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas Anuais	Vida útil
Equipamento administrativo	8% - 100%	2 a 12 anos
Máquinas e ferramentas	10% - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25% - 33,33%	3 a 4 anos
Instalações interiores	10% - 13%	8 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Outro equipamento	10% - 25%	4 a 10 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Montepio Seguros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo excede o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

Os terrenos não são depreciados. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

iii) Ativos intangíveis

O software e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Software	33%	3 anos
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5 anos

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

i) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se revertem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja esperável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

j) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31/12/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atras referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Montepio Seguros procedeu ao reconhecimento da responsabilidade.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Montepio Seguros tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para

liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

n) Relato por segmentos da atividade seguradora

A Montepio Seguros não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada relativa a segmentos (ramos de negócio) respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF. Ver Nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Propriedades de investimento

A Montepio Seguros classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Montepio Seguros venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

r) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

s) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais. Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

t) Locações

A Montepio Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Montepio Seguros à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

u) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

v) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

w) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

y) Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, o Grupo procede à imputação dos custos por funções.

Os custos são imputados diretamente às funções (sinistros, investimentos, aquisição e administrativa) na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Montepio Seguros determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Montepio Seguros, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os cashflows futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Montepio Seguros avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Montepio Seguros.

Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Montepio Seguros e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (iv) provisão matemática de contratos vida, (v) provisão para participação nos resultados atribuída, (vi) provisão para participação nos resultados a atribuir e (vii) teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Montepio Seguros é reconhecido como perda nos resultados.

A Montepio Seguros estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Montepio Seguros avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Montepio Seguros regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Montepio Seguros de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Alterações a estes pressupostos e metodologias poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Montepio Seguros concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospectivamente.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos, ou

duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Assim sendo, é possível que haja correções á matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Perímetro de consolidação e Investimentos em associadas

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

	2017		2016		Actividade
	% de interesse económico	Método de consolidação	% de interesse económico	Método de consolidação	
Subsidiárias					
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	96,78%	Integral	96,78%	Integral	Seguros não vida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Seguros vida
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	76,77%	Integral	76,77%	Integral	Gestão de fundos de pensões
N Seguros, S.A.	100,00%	Integral	100,00%	Integral	Seguros não vida
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	94,96%	Integral	94,96%	Integral	Gestão de condomínios
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Imobiliária
Associadas					
Clinica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	24,50%	Eq. Patrimonial	24,50%	Eq. Patrimonial	Cuidados de saúde

No final do exercício de 2016, a Montepio Seguros aumentou a sua participação nas subsidiárias Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. ("Lusitania Seguros") para 96,78%, e na N Seguros, S.A. ("N Seguros") para 100% como resultado da aquisição da totalidade da participação à Lusitana Seguros, pelo montante de Euros 17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo.

No exercício de 2015, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Sociedade Portuguesa de Administrações ("SPA") para 94,95%.

Ainda no exercício de 2015, a Montepio Seguros alienou a totalidade da participação que detinha na Lykeion – Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda, tendo reconhecido uma menos valia realizada de Euros 50.000.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

	Fração de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado	Euros
Clinica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	24,5%	257	José Mello Saúde	José Mello Saúde	1.963	2016	145	

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

Subsidiária	Interesses que não controlam (balanço)		Interesses que não controlam (resultados)		Euros
	2017	2016 (reexpresso)	2017	2016 (reexpresso)	
Lusilania, Companhia de Seguros, S.A.	(2.693.150)	(2.528.782)	(409.977)	(1.098.264)	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	162.363	(40.642)	6.451	6.262	
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1.652.886	84.154	255.856	(40.277)	
N Seguros, S.A.	-	-	-	-	
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	30.667	16.808	(3.152)	1.321	
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	(5.198)	(5.701)	265	241	
TOTAL	(852.432)	(2.474.163)	(150.558)	(1.130.717)	

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

As provisões técnicas são analisadas como segue:

	2017		2016		Euros
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido	
Provisão matemática ramo vida	104.359.112	(224.975)	100.411.975	(205.792)	
Provisão para sinistros	348.750.349	(99.577.341)	285.282.974	(44.115.092)	
Provisão para prémios não adquiridos	48.826.581	(8.173.346)	47.425.100	(7.592.494)	
Provisão para participação nos resultados	11.824.900	(696.527)	10.102.588	(1.115.594)	
Provisão para riscos em curso	4.721.755	-	4.801.195	-	
Provisão para desvios de sinistralidade	7.878.345	-	7.289.944	-	
Total	526.361.042	(108.672.189)	455.313.776	(53.028.972)	

A provisão para sinistros de seguro directo é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2017	2016	2017	2016	
Vida	23.677.512	20.516.532	3.160.980	(1.170.029)	
Não Vida	325.072.837	264.766.442	60.306.395	4.289.372	
Acidentes de Trabalho	149.039.645	138.048.072	10.991.573	3.145.373	
Acidentes Pessoais e Doença	4.433.371	4.656.397	(223.026)	(705.911)	
Incêndio e outros danos	89.966.349	29.130.264	60.836.085	11.415.381	
Automóvel	65.451.604	71.994.680	(6.543.076)	(6.553.991)	
Marítimo, Aéreo e Transportes	6.453.509	8.688.275	(2.234.766)	(3.144.849)	
Responsabilidade civil geral	7.712.292	8.069.126	(356.834)	(1.855.367)	
Crédito e Caução	603.650	1.126.748	(523.098)	2.384	
Proteção jurídica	2.763	5.440	(2.677)	(148)	
Assistência	6.490	616	5.874	(444)	
Outros	1.403.164	3.046.824	(1.643.660)	1.986.944	
Total	348.750.349	285.282.974	63.467.375	3.119.343	

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas		Euros
	2017	2016	2017	2016	
Vida	9.857.139	9.800.249	(633.875)	(633.875)	-
Não Vida	89.720.202	34.314.843	55.405.359	9.487.209	
Acidentes de Trabalho	41.645	622.541	(580.896)	(1.668.821)	
Acidentes Pessoais e Doença	393.538	45.672	347.866	(5.425)	
Incêndio e outros danos	79.026.384	20.563.064	58.463.320	10.171.501	
Automóvel	4.082.669	4.670.354	(587.685)	(918.330)	
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.377.469	3.453.537	(76.068)	446.769	
Responsabilidade civil geral	1.228.826	1.491.851	(263.025)	(463.438)	
Crédito e Caução	281.843	602.673	(320.830)	(768)	
Proteção jurídica	76	76	-	(1)	
Assistência	-	-	-	-	
Outros	1.287.752	2.865.075	(1.577.323)	1.925.722	
Total	99.577.341	44.115.092	54.771.484	8.853.334	

A provisão para sinistros de acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 134.035.792 (2016: Euros 126.340.776) referente a provisão matemática de acidentes de trabalho e assistência vitalícia, com impacto da alteração da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo voltou a alterar a taxa de desconto associada ao cálculo do valor atual das responsabilidades de Acidentes de Trabalho de 3,25% para 3,00% relativamente a sinistros de anos anteriores e estabeleceu 2,75% aplicável aos sinistros do próprio exercício. O impacto nas demonstrações financeiras ascendeu ao montante de Euros 3,6 M€.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 12.344.490 (2016: Euros 8.242.984) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 5.190.225 (2016: Euros 4.784.431) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

A provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de Euros 5.070.321 (2016: Euros 7.213.865) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	2016	Dotações / reduções	2017	Euros
Provisão para desvios de sinistralidade	7.289.944	588.401	7.878.345	
Provisão para riscos em curso	4.801.195	(79.440)	4.721.755	
Total	12.091.139	508.961	12.600.100	

A evolução dos custos com sinistros dos ramos não vida pode ser analisada como segue:

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
2008	47.208.687	20.210.233	28.580.917	21.195.127	19.141.349	15.421.589	12.874.692	13.290.465	12.111.990	11.969.804
2009		46.573.972	43.632.844	24.327.588	20.739.128	16.148.852	13.666.000	12.177.476	11.100.881	10.448.920
2010			90.452.582	35.394.691	23.845.502	18.181.285	14.283.692	11.670.491	10.140.715	9.732.380
2011				92.599.208	40.780.405	30.157.287	21.555.204	15.912.799	14.470.673	11.632.239
2012					70.402.705	32.724.501	19.858.045	12.652.318	9.588.863	7.962.036
2013						64.495.069	24.133.454	16.116.815	11.680.905	9.116.249
2014							63.317.513	28.200.269	17.861.796	14.951.945
2015								67.240.782	25.300.283	16.368.559
2016									68.908.211	23.735.802
2017										132.566.148
Montantes Pagos										
para os anos de										
corrência										
	80.832.352	88.046.332	169.996.024	186.066.462	185.844.701	159.582.336	143.513.900	151.383.228	149.547.703	154.990.910

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2008 e 2017.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (3)	Euros	
				(3)+(2)-(1)	
VIDA	20.516.532	3.110.864	15.134.268	(2.271.400)	
ACIDENTES E DOENÇA	142.704.470	25.001.494	133.228.471	15.525.495	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	29.130.264	20.749.401	8.053.134	(327.729)	
AUTOMÓVEL					
-RESPONSABILIDADE CIVIL	64.952.505	23.612.827	35.013.270	(6.326.408)	
-OUTRAS COBERTURAS	7.042.177	3.078.574	1.353.585	(2.610.018)	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	8.688.274	1.940.630	5.522.737	(1.224.907)	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	8.069.126	910.003	7.322.624	163.501	
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.126.747	137.476	603.652	(385.619)	
PROTECÇÃO JURÍDICA	5.440	6.036	1.375	1.971	
ASSISTÊNCIA	615	28.723	6.482	34.590	
DIVERSOS	3.046.824	1.773.074	1.401.366	127.616	
TOTAL GERAL	285.282.974	80.349.102	207.640.964	2.707.092	

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (3)	Euros	
				(3)+(2)-(1)	
VIDA	21.686.561	4.127.519	14.489.579	(3.069.463)	
ACIDENTES E DOENÇA	140.265.008	28.573.185	122.444.928	10.753.105	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17.714.883	7.150.179	12.309.196	1.744.492	
AUTOMÓVEL					
-RESPONSABILIDADE CIVIL	70.037.902	29.774.728	40.767.125	503.951	
-OUTRAS COBERTURAS	8.510.770	3.447.378	2.195.678	(2.867.714)	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	11.833.123	4.331.950	8.074.753	573.580	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	9.924.493	1.450.799	7.679.818	(793.876)	
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.124.363	3.151	1.126.747	5.535	
PROTECÇÃO JURÍDICA	5.588	14.971	4.407	13.790	
ASSISTÊNCIA	1.059	26.812	492	26.245	
DIVERSOS	1.059.879	280.781	1.590.315	811.217	
TOTAL GERAL	282.163.629	79.181.453	210.683.038	7.700.862	

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Euros
				2017
SEGURADO DIRECTO				
VIDA	19.833.592	822.237	3.160.980	23.816.809
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	44.597.951	5.566.244	10.940.755	61.104.950
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	32.289.125	1.876.544	60.823.742	94.989.411
AUTOMÓVEL	59.963.890	4.454.539	(7.045.045)	57.373.384
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.673.299	66.024	(2.228.150)	511.173
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	1.187.543	114.276	(333.873)	967.946
CRÉDITO E CAUÇÃO	137.476	4.671	(523.097)	(380.950)
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	71.725	(2.676)	69.049
ASSISTÊNCIA	-	75.272	5.875	81.147
DIVERSOS	1.773.074	1.853	(1.643.660)	131.267
TOTAL	162.455.950	13.053.385	63.154.851	238.664.186
RESSEGURO ACEITE	1.085.918	1.844	-	1.087.762
TOTAL GERAL	163.541.868	13.055.229	63.154.851	239.751.948

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Euros
				2016
SEGURADO DIRECTO				
VIDA	28.566.666	677.007	(1.653.955)	27.589.718
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	47.413.830	5.172.678	2.610.004	55.196.512
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	18.800.271	1.675.786	11.386.446	31.862.503
AUTOMÓVEL	64.826.681	4.429.678	(7.597.581)	61.658.778
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.628.155	71.720	(3.142.928)	1.556.947
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	1.584.423	102.672	(1.858.315)	(171.220)
CRÉDITO E CAUÇÃO	2.534	616	3.303	6.453
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	52.142	(148)	51.994
ASSISTÊNCIA	-	78.571	(444)	78.127
DIVERSOS	289.938	602	1.986.944	2.277.484
TOTAL	166.112.498	12.261.472	1.733.326	180.107.296
RESSEGURO ACEITE	1.481.685	3.518	-	1.485.203
TOTAL GERAL	167.594.183	12.264.990	1.733.326	181.592.499

A provisão matemática do ramo vida decompõe-se como segue:

	2017		2016	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Risco	4.902.090	(224.975)	5.359.208	(205.792)
Capitalização	99.457.022	-	95.052.767	-
Total	104.359.112	(224.975)	100.411.975	(205.792)

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A provisão para participação nos resultados refere-se exclusivamente ao ramo vida e é analisada como segue:

	Euros			
	2017		2016	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Provisão para participação nos resultados atribuída	2.390.043	(696.527)	2.188.451	(1.115.594)
Provisão para participação nos resultados a atribuir	9.434.857	-	7.914.137	-
Total	11.824.900	(696.527)	10.102.588	(1.115.594)

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída de seguro direto é como segue:

	Euros	
	2017	2016
Participação nos resultados atribuída		
Saldo inicial	2.188.451	2.558.539
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	(710.894)	(1.061.111)
- em numerário	0	(75.893)
	(710.894)	(1.137.004)
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	912.486	766.916
	912.486	766.916
Saldo final	2.390.043	2.188.451

5.2. Gestão de riscos

No ano 2016 entrou em vigor o regime prudencial Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. Neste normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

O Grupo definiu um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspectos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos do Grupo. Estas alterações têm, também, em consideração as orientações publicadas pela Autoridade de Supervisão Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, relativas aos mecanismos de governação no âmbito do novo regime Solvência II.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas da linha de negócio Doença similar a Vida e do ramo Vida e está a ser utilizado o ajustamento simétrico do risco acionista. Foi ainda aprovada a utilização da medida de longo prazo relativa ao ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de junho através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pelo Grupo, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. O Grupo tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira do Grupo, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A gestão de riscos do Grupo é efetuada separadamente para o ramo vida e não vida.

Vida

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de longevidade:** risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,
- **Risco de descontinuidade:** risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

Não Vida

Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor das subsidiárias do ramo não vida e são comunicados a todos os elementos do Grupo, dada a sua importância para a atividade do Grupo.

Os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto são os seguintes:

A. Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pelo Grupo é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos

contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que o Grupo tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O Grupo efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Entendeu-se como relevante efetuar análises de sensibilidade que se passam a descrever:

- A diminuição da taxa técnica implícita ao cálculo das provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis, assim como da provisão com encargos futuros com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidade permanente e encargos futuros com o Fundo de Acidentes de Trabalho, em 50 pontos base, provoca uma variação das mesmas em Euros 8,38 milhões;
- Na análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, expurgado o efeito da alteração da taxa de juro, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 88,5% para 93% dos prémios adquiridos; e,
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 63,1% para 66,2%.

Por outro lado, o Grupo realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

Variação dos custos de exploração	2017 Euros 000	Variação dos custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
-20%	35.047	28.764	22.479	15.574	7.190	(1.195)	(9.581)	(18.157)	(27.236)	
-15%	33.728	27.443	21.125	13.777	5.392	(2.993)	(11.378)	(20.000)	(29.283)	
-10%	32.408	26.124	19.741	11.980	3.595	(4.791)	(13.176)	(21.843)	(31.330)	
-5%	31.089	24.805	18.199	10.183	1.797	(6.588)	(14.973)	(23.687)	(33.376)	
0%	29.769	23.485	16.656	8.385	-	(8.385)	(16.801)	(25.531)	(35.423)	
5%	28.449	22.086	14.973	6.588	(1.797)	(10.183)	(18.644)	(27.374)	(37.469)	
10%	27.130	20.596	13.176	4.791	(3.595)	(11.980)	(20.488)	(29.313)	(39.516)	
15%	25.811	19.058	11.378	2.993	(5.392)	(13.777)	(22.331)	(31.360)	(41.563)	
20%	24.343	17.518	9.581	1.195	(7.190)	(15.574)	(24.175)	(33.407)	(43.609)	

Variação dos custos de exploração	2016 Euros 000	Variação dos custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
-20%	34.885	28.655	22.237	14.729	6.507	(1.849)	(11.225)	(20.620)	(30.015)	
-15%	33.594	27.363	20.758	13.174	4.882	(3.665)	(13.059)	(22.454)	(31.849)	
-10%	32.303	26.072	19.279	11.564	3.257	(5.499)	(14.894)	(24.288)	(33.684)	
-5%	31.011	24.781	17.801	9.939	1.630	(7.333)	(16.728)	(26.123)	(35.616)	
0%	29.720	23.489	16.301	8.314	0	(9.167)	(18.562)	(27.957)	(37.565)	
5%	28.429	22.198	14.784	6.689	(1.709)	(11.002)	(20.396)	(29.792)	(39.513)	
10%	27.137	20.764	13.266	5.064	(3.500)	(12.836)	(22.230)	(31.626)	(41.461)	
15%	25.846	19.286	11.732	3.440	(5.291)	(14.670)	(24.065)	(33.461)	(43.410)	
20%	24.554	17.807	10.121	1.815	(7.110)	(16.504)	(25.899)	(35.296)	(45.358)	

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e revistas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2017 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na generalidade dos ramos, à excepção do seguro de Incêndio, Automóvel e Transportes.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

	2017	2016
Acidentes e Doença	83,7%	77,7%
Incêndio e Outros Danos	218,3%	72,3%
Automóvel	65,7%	72,2%
Transportes	10,6%	38,9%
Responsabilidade Civil	19,7%	-5,3%
Outros	-13,9%	120,6%
Totais	101,2%	71,8%

Rácio de cedência de sinistros

	2017	2016
Acidentes e Doença	0,7%	-0,1%
Incêndio e Outros Danos	82,3%	49,2%
Automóvel	1,4%	0,4%
Transportes	336,7%	90,3%
Responsabilidade Civil	-13,6%	-34,6%
Outros	37,2%	94,8%
Totais	38,9%	13,2%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

	2017	2016
Acidentes e Doença	31,7%	-1,9%
Incêndio e Outros Danos	455,0%	90,4%
Automóvel	10,2%	3,7%
Transportes	47,7%	55,5%
Responsabilidade Civil	-12,7%	7,7%
Outros	-19,1%	131,1%
Totais	263,4%	63,4%

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros do Grupo, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos do Grupo, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora.

Ao nível conceptual os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, o Grupo, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento do Grupo.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

Taxa	2017	Peso	2016	Euros Peso
Taxa fixa	657.087.597	93%	597.550.243	91%
Taxa variável	47.520.008	7%	58.226.089	9%
Total	704.607.605	100%	655.776.332	100%

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da duration (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2017		4º T 2016	
D	C	D	C
7,2	130,5	6,0	128,4

O valor da duration da carteira de obrigações global registou um ligeiro aumento no final de 2016, refletindo uma maior exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre de uma atuação prudente, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da elevada incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2017				
-1%	0%	1%	Duration	Convexidade
757.634	702.529	656.591	7,2	130,5

Unidade: milhares de euros

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		-10%	0%	10%	
2017		-10%	0%	10%	
802.421	-0,62%	44.488	49.431	54.375	0,62%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
		-5%	0%	5%	
2017		-5%	0%	5%	
916.100	-0,41%	71.996	75.786	79.575	0,41%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras do Grupo com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor no Grupo.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Composição dos investimentos financeiros por setor de atividade

Setor	2017	Peso	Euros	
			2016	Peso
Dívida Pública	379.319.087	47%	376.075.451	50%
Financeiro	249.270.410	31%	227.380.474	30%
Industria	91.572.730	11%	63.632.840	9%
Serviços	32.618.118	4%	34.814.139	5%
Transportes e Comun	18.984.705	2%	17.820.689	2%
Imobiliário	6.620.889	1%	7.625.441	1%
Setor Público	2.046.836	1%	-	0%
Supra Nacional	2.735.329	1%	3.788.926	1%
Telecomunicações	201.344	0%	1.359.033	0%
Outros	17.823.056	2%	13.020.119	2%
Total	801.192.504	100%	745.517.112	100%

À exceção de três títulos (Moçambique Companhia de Seguros, Acacia Bahrein e o Fundo The Fine Art II L.P.), a totalidade da carteira do Grupo está denominada em euros.

Rating da carteira de obrigações

Rating	2017	Peso	Euros	
			2016	Peso
AAA	40.599.207	6%	53.737.420	8%
AA+	7.839.798	1%	14.960.977	2%
AA	39.036.535	6%	80.003.162	12%
AA-	978.275	0%	2.096.381	0%
A	41.262.675	6%	43.886.776	7%
A-	2.818.623	0%	214.268	0%
BBB+	6.197.834	1%	5.734.594	1%
BBB	231.718.002	33%	184.246.418	28%
BBB-	6.735.744	1%	2.415.712	0%
BB+	30.148.850	4%	6.292.728	1%
BB	201.104.620	28%	185.767.327	28%
BB-	-	0%	-	0%
B+	-	0%	-	0%
B	-	0%	13.877.881	2%
B-	-	0%	85.395	0%
CCC+	-	0%	-	0%
CCC	-	0%	-	0%
D	2	0%	503.173	0%
Sem rating	96.167.440	14%	61.954.120	9%
Total	704.607.605	100%	655.776.332	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emitente:

Países	2017	Peso	Euros	
			2016	Peso
Alemanha	40.832.911	5%	33.774.572	5%
Argentina	-	0%	85.395	0%
Austrália	1.130.978	0%	1.174.016	0%
Áustria	6.250.350	1%	18.840.178	3%
Bahrein	2.934.349	0%	4.616.352	1%
Bélgica	4.707.858	1%	2.310.648	0%
Brasil	-	0%	152.155	0%
Dinamarca	3.126.363	0%	-	0%
Eslováquia	4.239.744	1%	-	0%
Eslovénia	995.789	0%	-	0%
Espanha	114.376.472	14%	87.070.721	12%
Estados Unidos	20.936.806	3%	20.837.114	3%
Finlândia	2.822.107	0%	-	0%
Fráncia	55.314.915	7%	90.423.175	12%
Holanda	34.030.139	4%	59.361.503	8%
Irlanda	77.821.240	10%	71.917.930	10%
Itália	58.840.793	7%	36.335.611	5%
Lituânia	1.018.440	0%	-	0%
Luxemburgo	7.240.181	1%	2.314.796	0%
México	220.269	0%	216.087	0%
Moçambique	224.842	0%	276.757	0%
Polónia	2.976.307	0%	-	0%
Portugal	317.836.412	40%	275.753.507	37%
Reino Unido	31.793.932	4%	33.188.766	4%
Roménia	2.156.020	0%	-	0%
Suécia	4.971.131	1%	-	0%
Suiça	575.837	0%	3.078.901	0%
Supra-nacionais	1.729.796	0%	3.788.926	1%
Diversos	2.088.523	0%	2	0%
Total	801.192.504	100%	745.517.112	100%

C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

O Grupo tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, o Grupo monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2017	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	16.354.597	-	-	-	-	16.354.597
Activos financeiros detidos para negociação					14.967	14.967
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	6.646	-	595.687	5.835.996	1.678.096	8.116.425
Activos financeiros disponíveis para venda	78.773.884	5.786.557	128.139.579	397.130.927	96.910.321	706.741.268
Investimentos a deter até à maturidade	8.502.597	7.390.560	63.100.382	7.084.565	-	86.078.104
Empréstimos e contas a receber	46.095.657	-	-	-	500.509	46.596.166
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32.566.773	-	-	-	-	32.566.773
Total dos activos financeiros	182.300.154	13.177.117	191.835.648	410.051.488	99.103.893	896.468.300
Passivos financeiros	15.361.040	-	12.500.000	-	28.500.000	56.361.040
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28.546.898	-	-	-	-	28.546.898
Total dos passivos financeiros	43.907.938	-	12.500.000	-	28.500.000	84.907.938
Líquido	138.392.216	13.177.117	179.335.648	410.051.488	70.603.893	811.560.362

Risco de liquidez 2016	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Euros Total
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	23.880.692	-	-	-	-	23.880.692
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	53.900	-	608.114	3.958.620	2.249.793	6.870.427
Activos financeiros disponíveis para venda	102.883.509	13.623.806	182.882.065	269.948.932	84.544.031	653.883.143
Investimentos a deter até à maturidade	-	4.880.545	72.652.395	6.973.895	-	84.506.835
Empréstimos e contas a receber	65.438.754	-	-	-	3.487.181	68.925.935
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	73.584.921	-	-	-	-	73.584.921
Total dos activos financeiros	265.841.776	18.504.351	256.143.374	280.881.447	90.281.005	911.651.953
Passivos financeiros	18.515.802	-	17.500.000	-	23.500.000	59.515.802
Outros credores por operações de seguros e outras operações	31.222.871	-	-	-	-	31.222.871
Total dos passivos financeiros	49.738.673	-	17.500.000	-	23.500.000	90.738.673
Líquido	216.103.103	18.504.351	238.643.374	280.881.447	66.781.005	820.913.280

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que o Grupo se encontra exposto. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para o Grupo, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Axis Re	A-
Sompo Canopius	A+
Covea Cooperations	A+
Endurance	A
Hannover	AA-
Mapfre Re	A
MSAmlin	A
MONchener Rock	AA-
Nacional Reaseguros	A-
Odyssey Re	A-
PartnerRe	A+
QBE Secura	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR	AA-
Sirius	A-
XL Re Europe	A+
Assurances M France	A

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

De modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

O Grupo implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade do Grupo.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar, sendo que alguns já foram intervencionados e outros estão a ser. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN. Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor do Grupo e são comunicados a todos os elementos do Grupo, dada a sua importância para a atividade do Grupo.

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	Euros	
	2017	2016
Numerário	1.276.986	3.447.965
Depósitos à ordem	15.077.611	20.432.727
Total	16.354.597	23.880.692

7. Instrumentos financeiros

7.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada como segue:

	C. Aquisição Amortizado	RJV	2017		Euros Valor Balanço
			Imparidades	Juro	
Títulos de dívida					
Dívida pública	279.327.235	22.468.009	-	5.767.188	307.562.432
Outros emissores	279.382.747	18.260.027	(652.609)	5.612.604	302.602.769
	558.709.982	40.728.036	(652.609)	11.379.792	610.165.201
Acções	11.129.557	432.145	(5.586.636)	37.870	6.012.936
Outros instrumentos de capital e unid. participação	88.430.205	4.485.652	(2.352.726)	-	90.563.131
	99.559.762	4.917.797	(7.939.362)	37.870	96.576.067
Total	658.269.744	45.645.833	(8.591.971)	11.417.662	706.741.268

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Euros	
					Total	
Títulos de dívida						
Dívida pública	307.562.432	-	-	-	307.562.432	
Outros emissores	297.205.097	4.110.883	1.286.789	-	302.602.769	
	604.767.529	4.110.883	1.286.789	-	610.165.201	
Acções	1.059.775	-	4.895.239	57.922	6.012.936	
Outros instrumentos de capital e unid. participação	82.741.002	-	7.822.129	-	90.563.131	
Total	688.568.306	4.110.883	14.004.157	57.922	706.741.268	

	C. Aquisição Amortizado	RJV	2016		Euros Valor Balanço
			Imparidades	Juro	
Títulos de dívida					
Dívida pública	290.764.846	10.390.142	(296.035)	5.288.805	306.147.758
Outros emissores	241.730.670	15.010.556	(1.116.607)	5.357.022	260.981.641
	532.495.516	25.400.698	(1.412.642)	10.645.827	567.129.399
Acções	15.527.491	80.549	(5.496.221)	38.857	10.150.676
Outros instrumentos de capital e unid. participação	79.842.392	(612.935)	(2.626.389)	-	76.603.068
	95.369.883	(532.386)	(8.122.610)	38.857	86.753.744
Total	627.865.399	24.868.312	(9.535.252)	10.684.684	653.883.143

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Euros	
					Total	
Títulos de dívida						
Dívida pública	306.147.758	-	-	-	306.147.758	
Outros emissores	256.571.260	3.851.580	558.801	-	260.981.641	
	562.719.018	3.851.580	558.801	-	567.129.399	
Acções	3.426.013	-	6.666.741	57.922	10.150.676	
Outros instrumentos de capital e unid. participação	69.666.000	-	6.937.068	-	76.603.068	
Total	635.811.031	3.851.580	14.162.610	57.922	653.883.143	

A reconciliação da reserva de justo valor para as demonstrações financeiras é apresentada na Nota 28.

Conforme disposto na IFRS 13, os Instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A rubrica de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada como segue:

	Euros		
	2017		
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço
Outros emissores	8.953.426	(1.647.126)	7.306.300
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.477.998	(4.667.873)	810.125
Total	14.431.424	(6.314.999)	8.116.425

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	7.306.300	-	-	7.306.300
Instrumentos de capital e unidades de participação	59.487	-	750.638	810.125
Total	7.365.787	-	750.638	8.116.425

	Euros		
	2016		
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço
Outros emissores	7.361.528	(2.246.930)	5.114.598
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.526.504	(3.770.675)	1.755.829
Total	12.888.032	(6.017.605)	6.870.427

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Euros			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	5.114.598	-	-	5.114.598
Instrumentos de capital e unidades de participação	83.340	-	1.672.489	1.755.829
Total	5.197.938	-	1.672.489	6.870.427

A maioria dos ativos contemplados no nível 3 corresponde a unidades de participação em fundos de investimento fechados, cujo valor resultou da divulgação do valor líquido global do fundo determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, com base em metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Caso existisse uma alteração de +/- 10% no justo valor dos ativos mensurados no nível 3, o impacto antes de impostos no capital próprio ascenderia Euros 1.400.417.

À data de 31 de dezembro de 2017, a reserva de justo valor associada aos ativos mensurados no nível 3 ascende a Euros 508.037.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	Euros	
	2017	2016
Títulos de dívida		
De emissores públicos	56.332.613	55.226.151
De outros emissores	29.745.491	29.280.684
	86.078.104	84.506.835

Durante o exercício de 2011, o Grupo procedeu à transferência de títulos da carteira ativos disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Na data de transferência					Euros	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Reserva de justo valor		Taxa efectiva ^(a)	Valor de mercado em Dezembro de 2017	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2017
			Positiva	Negativa			
Obrigações	131.685.530	122.687.891	-	(13.828.987)	6,8%	97.527.037	10.402.884

(a) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	Euros	
	2017	2016
Impacto em reservas de justo valor	13.428.998	13.060.353
Efeito fiscal	(3.424.394)	(3.330.390)
Total	10.004.604	9.729.963

7.2 Empréstimos concedidos e contas a receber

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	Euros	
	2017	2016
Depósitos junto de empresas cedentes	335.540	321.938
Outros depósitos	46.095.656	65.440.941
Empréstimos concedidos	164.970	3.163.056
Total	46.596.166	68.925.935

Os outros depósitos respeitam na totalidade a depósitos a prazo. Durante o exercício de 2017, os valores incluídos na rubrica de Empréstimos concedidos, referentes a valores entregues à Parvir - Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A., no montante de Euros 2,7 milhões, foram anulados por contrapartida da adjudicação de imóveis que estavam dados como garantia.

7.3 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Saldo a 1 de Janeiro	381.144.281	335.782.827
Entradas (líquido de comissões)	110.567.147	126.343.905
Montantes pagos	120.773.732	91.329.310
Variação de ganhos e perdas (juro técnico)	(11.462.852)	(10.346.859)
Saldo a 31 de Dezembro	382.400.548	381.144.281

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2017	2016
Depósitos de Resseguradores	15.361.040	18.515.802
Passivos Subordinados	41.000.000	41.000.000
Conta caucionada	-	-
Total	56.361.040	59.515.802

Em 29 de novembro de 2007, o Grupo procedeu, através da Lusitania Vida, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 130 bp.

Em 30 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Durante o exercício de 2015, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos referidos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, o Grupo poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa.

Durante o exercício de 2016, o Grupo procedeu, através da Montepio Seguros, à emissão de um empréstimo obrigacionista e subscrito integralmente a 23 de Dezembro de 2016, pelo Montepio Geral – Associação

Mutualista, no montante de Euros 17,5 milhões. Este empréstimo tem um prazo de emissão de 4 (quatro) anos a contar da Data de Subscrição e Pagamento, e paga juros calculados com base na Euribor a 6 meses + 650bp.

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Euros			
	2017		2016	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16.354.597	16.354.597	23.880.692	23.880.692
Empréstimos concedidos e contas a receber	46.596.161	46.596.161	68.925.935	68.925.935
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32.566.773	32.566.773	73.584.921	73.584.921
Investimentos a deter até à maturidade	99.801.637	86.078.104	97.708.581	84.506.835
Activos financeiros ao custo amortizado	195.319.168	181.595.635	264.100.129	250.898.383
Outros passivos financeiros	56.074.841	56.361.040	47.639.692	59.515.802
Outros credores por operações de seguros e outras operações	28.546.898	28.546.898	31.222.871	31.222.871
Passivos financeiros ao custo amortizado	84.621.739	84.907.938	78.862.563	90.738.673

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cashflows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Montepio Seguros são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3, de acordo com o IFRS 13.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a avaliação dos investimentos detidos até à maturidade corresponde ao nível 1 e a avaliação dos passivos subordinados corresponde ao nível 3.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

A avaliação destes passivos corresponde ao nível 3.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Euros					
	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo final
	Saldo em 1 Janeiro				Saldo em 31 Dezembro	
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	47.197.703	-	-	116.026	(139.363)	47.174.366
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(7.128.730)	(1.080.965)	-	56.895	-	(8.152.800)
Total	40.068.973	(1.080.965)	-	172.921	(139.363)	39.021.566

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Euros					
	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo Final
	Saldo em 1 Janeiro				Saldo em 31 Dezembro	
Imóveis de Rendimento						
Terrenos e Edifícios	17.201.946	2.674.282	(822.495)	(8.126)	(22.503)	19.023.104
Total	17.201.946	2.674.282	(822.495)	(8.126)	(22.503)	19.023.104

Em 31 de dezembro de 2017, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 827.741 (2016: Euros 859.376).

Em 31 de dezembro de 2017, os gastos operacionais em imóveis de rendimentos ascenderam ao montante de Euros 51.607 (2016: Euros 153.176).

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.

9. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2017, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Activos Fixos Tangíveis (Excepto Terrenos e Edifícios)						
Equipamento administrativo	11.637.492	62.260	-	-	11.699.752	
Máquinas e ferramentas	1.191.339	4.625	-	-	1.195.964	
Equipamento informático	6.736.945	1.185.287	-	-	7.922.232	
Instalações interiores	2.730.742	11.971	-	-	2.742.713	
Equipamento de transporte	505.104	81.738	(37.420)	-	549.422	
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	
Outras imobilizações corpóreas	104.579	-	-	-	104.579	
Património artístico	5.932.929	-	(5.275.916)	-	657.013	
Imobilizações em curso	851.244	166.129	(164.795)	-	852.578	
	29.690.374	1.512.010	(5.478.131)	-	25.724.253	
Amortizações Acumuladas						
Equipamento administrativo	(10.395.395)	(550.797)	-	-	(10.946.192)	
Máquinas e ferramentas	(1.092.709)	(29.065)	-	-	(1.121.774)	
Equipamento informático	(5.714.163)	(838.064)	-	-	(6.552.227)	
Instalações interiores	(2.422.978)	(128.889)	-	-	(2.551.867)	
Equipamento de transporte	(464.947)	(63.233)	30.420	-	(497.760)	
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	
Outras imobilizações corpóreas	(53.700)	(941)	-	-	(54.641)	
	(20.143.892)	(1.610.989)	30.420	-	(21.724.461)	
Total	9.546.482	(98.979)	(5.447.711)	-	3.999.792	

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de inventários refere-se a terrenos e edifícios detidos pelo Grupo no âmbito da atividade imobiliária das subsidiárias Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. e Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior.

11. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício é analisada como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Reexpresso	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro	Euros
Activos Fixos Intangíveis						
Software	4 270 348	431	-	498 654	4 769 433	
Outros activos intangíveis	5 159 768	4 898	-	-	5 164 666	
Activos intangíveis em curso	5 942 987	1 584 342	-	(498 654)	7 028 675	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	7 107 652	1 571	-	-	7 109 223	
	22 480 755	1 591 242	-	-	24 071 997	
Amortizações Acumuladas						
Software	(1 403 686)	(584 537)	-	-	(1 988 223)	
Outros activos intangíveis	(2 071 813)	(831 019)	-	-	(2 902 832)	
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(7 652)	(630 939)	-	-	(638 591)	
	(3 483 151)	(2 046 495)	-	-	(5 529 646)	
Total	18.997.604	(455.253)	-	-	18.542.351	

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividades empresariais, a Montepio Seguros através da Lusitania Seguros reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de

novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos cashflows futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

Em 2017 o Grupo procedeu à realização dos testes de imparidade do *Goodwill* e do *Value in Force* registados no ativo da subsidiária Lusitania, relativos às carteiras de seguros adquiridas da Royal & Sun Alliance, da Genesis e da Real Seguros, no montante de Euros 18.673.674 e Euros 7.550.395, respetivamente, nos termos da política contabilística descrita na nota 3. Os testes efetuados permitiram concluir que estes ativos se encontravam em imparidade já no final do ano de 2016, pelo que o Grupo procedeu à sua anulação/amortização integral por contrapartida de resultados transitados e reexpressou os valores comparativos relativos a 31 de dezembro de 2016, como segue:

(A) Anulação Goodwill	(18.673.846)
Genesis	(2.860.145)
Royal & Sun Alliance	(14.690.675)
Real Seguros	(1.123.026)
(B) Anulação do VIF	(7.750.395)
Carteira Real Seguros (Valor líquido de amortizações)	(7.750.395)
(A) + (B) Total da Correção	(26.224.242)
 Total da Correção Atribuível	(25.380.371)
Total da Correção INC	(843.870)
 Total Reexpresso Atribuível	(32.614.185)
Total Reexpresso INC	(1.130.717)

Ainda no seguimento da aplicação da IFRS 3, a Montepio Seguros adquiriu através da Lusitania Vida à Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por Euros 7.100.000. Este ativo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição. Desta forma, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.

O Grupo amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados. O valor remanescente do valor da carteira Finibanco Vida será amortizado como segue:

Euros	
Ano	Amortizações
2018	568.824
2019	545.064
2020	522.122
2021	497.303
De 2022 a 2031	3.252.673
De 2032 a 2041	966.760
De 2042 a 2051	116.419
Total	6.469.165

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

A rubrica Devedores por operações de seguro direto deixou de incluir o montante referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver nota 14).

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Devedores por operações de seguro directo	4.059.407	207.351	153.029	4.113.729
Devedores por operações de resseguro	297.335	481.253	-	778.588
Devedores por outras operações	3.994.310	65.603	597.189	3.462.724
Total	8.351.052	754.207	750.218	8.355.041

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Inclui ainda os montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

	Euros	
Reembolsos	2017	2016
- Em aberto com menos de 1 ano	2.139.135	2.532.525
- Em aberto com mais de 1 ano	1.073.759	554.177
Total	3.212.894	3.086.702

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2017	2016
Prémios em Suspensão	2.029.330	2.125.198
Total	2.029.330	2.125.198

13. Outros credores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 5.186.974 (2016: Euros 7.940.617), relativo a valores a pagar a mediadores.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	Euros	
	2017	2016
Receita processada antecipadamente	-	41.906.070
Outros acréscimos e diferimentos	5.427.631	6.018.008
Total	5.427.631	47.924.078

Em 2016, a rubrica Receita processada antecipadamente, referente a recibos já processados e ainda não cobrados, cujo risco ainda não se tinha iniciado, era reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto. No exercício de 2017 deixou de ser incluída nas contas do balanço (ver Nota 12).

15. Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras provisões são analisados como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Outras provisões	4.221.026	(493.237)	(416.507)	3.311.282
Total	4.221.026	(493.237)	(416.507)	3.311.282

A rubrica outras provisões inclui o montante de Euros 1.708.776 (2016: Euros 1.697.117) para contingências fiscais, e referente à imputação da cobrança de imposto de selo sobre as comissões pagas à entidade gestora por todos os Fundos de Pensões geridos.

As outras provisões incluem ainda uma provisão para garantia a clientes no âmbito da gestão de fundos de pensões no montante de Euros 1.216.000 (2016: Euros 1.441.720).

16. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	Euros					
	Activo		Passivo		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Instrumentos financeiros	1.154.603	2.748.918	6.753.096	3.070.962	(5.598.493)	(322.044)
Provisões	1.324.136	1.769.482	-	-	1.324.136	1.769.482
Benefícios a empregados	138.648	173.311	-	-	138.648	173.311
Prejuízos fiscais reportáveis	13.021.568	12.074.569	-	-	13.021.568	12.074.569
Outros	53.950	56.755	391.812	900.395	(337.862)	(843.640)
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	15.692.905	16.823.035	7.144.908	3.971.357	8.547.997	12.851.678
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(265.720)	(876.309)	(265.720)	(876.309)	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	15.427.185	15.946.726	6.879.188	3.095.048	8.547.997	12.851.678

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos

correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2016 foi apurado pelo Grupo com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

Ano de caducidade	Euros	
	2017	2016
2017	-	1.027.543
2018	-	1.308.745
2022	3.283.288	-
2026	1.560.280	1.560.280
2027	6.646.658	7.001.637
2028	1.531.342	1.176.364
Total	13.021.568	12.074.569

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, ficando, porém, prejudicada a dedução de parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução. Em 2017, dado que se estima que se venha a verificar um prejuízo fiscal, não foi possível deduzir qualquer montante de reporte de prejuízo fiscal.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nos *businesses plans* das Subsidiárias para o período de 5 anos a findar em 2022, aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração. Nessa base, o Grupo não reconheceu os ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos de 2012 e 2013, no montante de Euros 1.074.828 e Euros 1.308.745, dado o seu período de caducidade e o facto de os mesmos não se revelarem recuperáveis tendo em consideração o referido *business plan*, ao qual estão associados os seguintes pressupostos:

- (i) Taxa de desconto: 10,3%;
- (ii) Taxa de crescimento na perpetuidade: 1,85%; e,
- (iii) Taxa de crescimento dos dividendos ao nível da taxa de inflação: 1,85%.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, o Grupo remeteu um pedido à Autoridade Tributária solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros. Em resposta a este pedido, a Autoridade Tributária estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis do Grupo. Nesta base, existia um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados.

O Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro, aprovou um regime excepcional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à Segurança Social (PERES). A adesão a este regime mediante o pagamento integral das dívidas permite, entre outros benefícios, a dispensa de pagamentos dos juros compensatórios e dos juros de mora. Por outro lado, encontra-se salvaguardado que a adesão a este

regime não implica, juridicamente, a aceitação da legalidade fiscal da matéria de direito em litígio, nem prejudica a manutenção do contencioso fiscal, o qual seguirá o curso normal. Após análise detalhada, o Grupo optou por aderir a este regime excepcional, mediante um pagamento total de cerca de Euros 3,9 milhões, o qual implicou uma redução das contingências fiscais no mesmo montante.

Em dezembro de 2016, o Grupo, no âmbito do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), ao aderir a este programa, procedeu ao pagamento do montante total dos processos em execução fiscal à data, valor que ascendeu a Euros 3,9 milhões.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício e nas reservas pode ser analisado como segue:

	Euros			
	2017		2016	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	(180.550)	(5.095.899)	1.323.860	130.985
Provisões	(394.559)	(50.787)	(374.964)	-
Benefícios de empregados	(9.617)	(25.046)	(9.615)	(25.046)
Prejuízos fiscais reportáveis	946.999	-	1.484.059	-
Outros	503.951	-	(871.374)	-
Imposto diferido	866.224	(5.171.732)	1.551.966	105.939
Impostos correntes	(1.757.680)	(64.034)	(1.467.765)	(54.375)
Total do imposto reconhecido	(891.456)	(5.235.766)	84.201	51.564

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Euros			
	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(10.449.928)		(7.604.862)
Taxa de imposto	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		2.194.485		1.597.021
Eliminação da dupla tributação - dividendos		111.977		119.275
Menos valias contabilísticas de acções		(27.058)		(193.193)
Tributações autónomas e outros impostos		(410.885)		(385.863)
Imparidades		-		(595.193)
Prejuízos fiscais não utilizados		(2.345.206)		6.503
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente		(19.828)		(205.997)
Correcção de imposto de exercícios anteriores		(54.005)		(52.910)
Outros		(340.936)		(205.442)
Imposto sobre o rendimento do exercício		(891.456)		84.201

Os ativos e passivos por impostos correntes e taxas são analisados como segue:

	Euros			
	2017		2016	
	Activos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Activos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	676.343	(581.816)	632.295	146.753
IRS - Retenções na Fonte	13.933	(681.729)	10.500	(790.677)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	-	(13.600)	-	(8.848)
Imposto de Selo	-	(1.391.158)	-	(1.484.292)
SNBPC	-	(406.575)	-	(434.074)
INEM	-	(430.982)	-	(436.488)
ASF	-	(244.047)	-	(276.719)
FAT	-	(8.170.983)	-	(7.287.385)
FGA	-	(337.763)	-	(323.543)
Outros Impostos e Taxas	-	(157.117)	-	(130.209)
Segurança Social	278.402	(634.640)	-	(444.497)
Tributos Autarquias Locais	-	(48.926)	-	-
Total	968.678	(13.099.336)	642.795	(11.469.979)

17. Prémios de contratos de seguro (seguro direto e resseguro aceite)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a atividade da Grupo pode ser analisada como segue:

Ramos / Grupos de ramos	2017					Euros
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro	
SEGURO DIRECTO E RESSEGURADO ACEITE						
VIDA	32.126.908	32.126.908	23.816.809	8.606.411	(723.109)	
ACIDENTES E DOENÇA	65.603.681	65.928.824	61.104.950	17.039.375	(1.376.942)	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	45.299.251	44.100.660	96.077.173	12.948.250	62.085.242	
AUTOMÓVEL						
- RESPONSABILIDADE CIVIL	52.779.751	52.635.151	46.401.630	19.040.787	(3.001.660)	
- OUTRAS COBERTURAS	26.768.157	26.267.464	10.971.754	3.478.549	(3.355.025)	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.186.055	4.145.263	511.173	1.213.585	(794.726)	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.350.485	4.402.015	967.946	1.382.185	(899.225)	
CRÉDITO E CAUÇÂO	115.081	129.918	(380.950)	29.488	(282.382)	
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.531.330	1.524.277	69.049	314.856	(33.028)	
ASSISTÊNCIA	1.879.898	1.877.821	81.147	415.840	(261.005)	
DIVERSOS	182.430	196.383	131.267	46.241	3.383	
TOTAL	234.823.027	233.334.684	239.751.948	64.515.567	51.361.523	

Ramos / Grupos de ramos	2016					Euros
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro	
SEGURO DIRECTO E RESSEGURADO ACEITE						
VIDA	34.033.546	34.033.546	27.589.718	11.138.322	(953.214)	
ACIDENTES E DOENÇA	63.916.507	63.591.609	55.196.512	17.349.491	(1.318.637)	
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43.887.716	44.388.875	33.413.677	12.205.360	988.933	
AUTOMÓVEL						
- RESPONSABILIDADE CIVIL	51.872.627	52.079.231	50.374.880	14.734.698	(2.316.550)	
- OUTRAS COBERTURAS	26.020.023	25.975.183	11.187.764	7.454.826	(4.624.619)	
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.892.149	3.900.591	1.587.111	1.130.419	(385.686)	
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.126.759	5.075.344	(171.220)	1.817.562	(1.089.902)	
CRÉDITO E CAUÇÂO	170.622	163.391	6.454	34.812	(53.239)	
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.544.636	1.558.916	51.993	524.457	(9.424)	
ASSISTÊNCIA	2.011.055	1.943.205	78.127	408.268	(216.507)	
DIVERSOS	208.934	200.545	2.277.483	78.002	2.019.659	
TOTAL	232.684.574	232.910.436	181.592.499	66.876.217	(7.959.186)	

18. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 1.722.099 (2016: Euros 1.812.738).

19. Rendimentos / créditos de investimentos e gastos financeiros

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	227.263	52.500
Activos financeiros disponíveis para venda	17.238.140	16.440.627
Activos financeiros detidos até à maturidade	4.587.153	5.237.307
Depósitos à ordem e a prazo	157.493	26.163
Outros	741.637	1.203.792
Total	22.951.686	22.960.389

Na rubrica Gastos financeiros estão registados na sua maioria os custos imputados à função investimentos (ver nota 22).

20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Ativos disponíveis para venda	2.295.736	(614.813)
Investimentos a deter até à maturidade	-	(6.637)
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(11.462.852)	(10.346.859)
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de resultados	(307.391)	(638.619)
Outros	-	33.756
Total	(9.474.507)	(11.573.172)

21. Custos de financiamento

Durante o exercício de 2017, o Grupo registou custos de financiamento no valor de Euros 1.275.258 (2016: Euros 1.235.198), nomeadamente os custos associados às obrigações subordinadas de prazo indeterminado.

22. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Euros	
				2017	2016
Custos com sinistros	13.192.633	-	13.192.633	12.682.396	-
Custos de aquisição	20.115.217	-	20.115.217	19.924.329	-
Custos administrativos	14.335.837	-	14.335.837	14.043.819	-
Custos gestão dos investimentos	2.184.406	251.535	2.435.941	2.430.357	283.135
Outros custos não imputados	-	6.204.747	6.204.747	-	4.035.575
Total	49.828.093	6.456.282	56.284.375	49.080.901	53.399.611

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

		Euros	
		2017	2016
Gastos com Pessoal		27.249.090	28.002.802
Fornecimentos e serviços externos:			
Trabalhos especializados		8.025.947	6.039.525
Rendas e Alugueres		4.159.496	3.522.193
Comunicações		1.748.010	1.787.549
Conservação e Reparação		866.305	801.963
Publicidade e Propaganda		1.417.914	1.084.260
Deslocações, estadas e despesas de representação		288.281	385.871
Impressos		14.121	104.201
Material de escritório		39.092	40.042
Quotizações		326.737	206.694
Custos com cobrança de prémios		370.639	405.748
Seguros		31.952	162.693
Contencioso e Notariado		90.614	96.292
Eletricidade		359.809	333.583
Limpeza, higiene e conforto		277.268	293.395
Vigilância e segurança		218.442	212.292
Outros		1.306.230	970.650
		19.540.857	16.446.951
Impostos e taxas		2.841.938	2.493.108
Amortizações do exercício:			
Activos Intangíveis		2.046.495	1.798.190
Activos tangíveis:			
Terrenos e Edifícios de uso próprio		1.080.965	1.185.690
Outros activos tangíveis		1.610.989	1.260.364
		4.738.449	4.244.244
Juros Suportados		1.401.430	1.520.240
Comissões		512.611	692.266
Total		56.284.375	53.399.611

23. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo tinha o seguinte número de colaboradores pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2017	2016
Diretor	28	28
Gestor Técnico	38	38
Gestor Operacional	22	23
Gestor Comercial	12	12
Técnico	108	104
Coordenador Operacional	81	81
Especialista Operacional	278	285
Auxiliar Geral	57	59
Estagiário	2	5
TOTAL	626	635

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Remunerações		
- dos órgãos sociais	2.508.844	1.432.705
- do pessoal	17.054.053	18.600.563
Encargos sobre remunerações	4.616.003	4.794.454
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	307.555	311.935
- Planos de benefícios definidos	190.224	-6.566
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	10.793	21.743
Benefícios de cessação de emprego	1.174.212	1.414.812
Seguros obrigatórios	529.586	521.936
Gastos de acção social	407.294	484.732
Outros gastos com pessoal	450.526	426.488
Total	27.249.090	28.002.802

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Conforme referido nas políticas contabilísticas, o Grupo assumiu o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos (i) do plano de pensões estabelecido no CCT para o setor segurador, (ii) do plano de pensões estabelecido para os membros do Conselho de Administração das subsidiárias do setor segurador e, (iii) plano de pensões estabelecido para os trabalhadores da Futuro.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania. As responsabilidades do Grupo relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas através de fundos de pensões.

Os principais pressupostos considerados no cálculo do valor atual das responsabilidades, para 31 de dezembro de 2017 e 2016, são os seguintes:

Pressupostos Demográficos	2017	2016
Tábua de Mortalidade	TV 88/90 / GKF 80	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver Quadro 1	65 - 66 anos

Pressupostos Financeiros	2017	2016
Taxa Técnica de Desconto	1,5% - 2%	2% - 2,5%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,5% - 2%	2% - 2,5%
Taxa de Crescimento Salarial	2%	2% - 2,5%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2%	2% - 2,5%
Taxa de Crescimento das Pensões	1% - 1,25%	1,25% - 2%

Quadro 1

Desde	Até	Idade Normal de Reforma	
		31/01/1959	66
01/02/1959	31/01/1970	67	
01/02/1970	31/01/1981	68	
01/02/1981	31/01/1992	69	
01/02/1992		70	

Os pressupostos acima referidos são determinados para cada entidade incluída no perímetro do Grupo. A média das responsabilidades ascende a 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2017	2016
Activos	79	80
Reformados	72	74
Pré-reformados	-	-
TOTAL	151	154

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Activos / (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2.519.610)	(2.761.597)
Activos	(6.421.426)	(6.411.318)
	(8.941.036)	(9.172.915)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.911.368	7.642.599
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(1.029.668)	(1.530.316)

No final de 2017 e de 2016, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	Euros	
	2017	2016
Responsabilidades em 1 de Janeiro	9.172.915	11.192.189
Custo do serviço corrente	165.068	164.507
Custo dos juros	148.608	164.958
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	282.868	181.088
Liquidação do benefício CCT	(599.269)	(728.019)
Benefícios pagos	(237.809)	(1.801.808)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	8.655	-
Pré-reformas	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	8.941.036	9.172.915

A evolução dos ativos dos fundos de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

	Euros	
	2017	2016
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	7.642.599	9.346.439
Rendimento esperado	126.702	163.794
Ganhos e (perdas) atuariais	(22.697)	(274.508)
Transferências	295.000	-
Contribuições	107.573	208.682
Benefícios pagos	(237.809)	(1.801.808)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.911.368	7.642.599

Os ganhos e perdas atuariais em 2017 e 2016 são apresentados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1.462.654)	(1.007.058)
Ganhos e (perdas) atuariais		
- nas responsabilidades	(282.868)	(181.088)
- nos ativos do plano	(22.697)	(274.508)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1.768.219)	(1.462.654)

Os ativos e passivos líquidos são apresentados são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Activos/ (Passivos) a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(1.530.316)	(1.845.750)
Ganhos e (perdas) atuariais das responsabilidades	(282.868)	(181.088)
Ganhos e (perdas) atuariais dos fundos	(22.697)	(274.508)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	(165.068)	(164.507)
- Custo (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(21.906)	(1.164)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	(8.655)	-
Liquidação do benefício do CCT	599.269	728.019
Contribuições	107.573	208.682
Pré-reformas	295.000	-
Activos/ (Passivos) a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(1.029.668)	(1.530.316)

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2017	2016
Custo do serviço corrente	165.068	164.507
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	21.906	1.164
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	8.655	-
Pré-reformas	(295.000)	-
Custos do exercício	(99.371)	165.671

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Acções e outros títulos de rendimento variável	1.343.046	1.081.766
Títulos de rendimento fixo	6.257.773	6.243.254
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	2.258.089	2.173.630
	9.858.908	9.498.650

Os ativos dos fundos de pensões acima evidenciados incluem uma quota-parte relativa ao plano de contribuição definida da Lusitania que ascende a Euros 1.947.538 (2016: Euros 1.856.051).

De referir que a composição da carteira de investimentos do fundo não inclui ativos do Grupo.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

	2017		2016	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25% Euros	+0,25% Euros	-0,25% Euros	+0,25% Euros
Taxa de desconto	117.832	(112.692)	113.708	(108.909)
Taxa de crescimento dos salários	(15.140)	16.056	(14.623)	15.570
Taxa de crescimento das pensões	(94.513)	97.954	(87.813)	90.872
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	4.272	(4.282)	3.433	(3.439)
<hr/>				
Impacto das alterações de pressupostos demográficos	-1 ano Euros		+1 ano Euros	
Alteração da tábua de mortalidade	275.889	(264.252)	264.662	(253.889)

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominada Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE n.º 2,

de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2017, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 307.555 (2016: Euros 243.926).

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a Euros 1.947.538, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2017, 345 participantes ativos.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios o Grupo procedeu ao reconhecimento desta responsabilidade.

25. Outros rendimentos e gastos técnicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Reavaliação de imóveis de rendimento	40.443	65.700
Outros rendimentos / gastos técnicos	(35.770)	263.831
Total	4.673	329.531

26. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros rendimentos e gastos não técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Ofertas a Clientes	(251.084)	(208.440)
Despesas confidenciais	(5.323)	(11.204)
Valia por alienação de activos tangíveis	15.200	(94.069)
Prestação de serviços da actividade de fundos de pensões	9.125.168	6.911.332
Outros rendimentos/gastos	(6.415.083)	(4.696.054)
Total	2.468.878	1.901.565

27. Capital

Em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros foi constituída com o capital social de Euros 72.500.000 representado por 72.500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada. O capital social foi realizado em espécie e em dinheiro no montante de Euros 72.499.996 e Euros 4, respetivamente.

Na mesma data, foi efetuado um aumento de capital no montante de Euros 65.250.000 representado por 65.250.000 ações de valor nominal de 1 euros cada. O capital social foi realizado, integralmente, em espécie.

O capital da Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A., de Euros 137.750.000, representado por 137.750.000 ações de valor nominal Euros 1 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Montepio Seguros são como segue:

ACIONISTA	Quant. Acções	Capital Subscrição	Quant. Votos	% CAPITAL
Montepio Geral - Associação Mutualista	123.349.998	123.349.998	123.349.998	89,6
Lusitania, Companhia de Seguros, SA	11.500.001	11.500.001	11.500.001	8,3
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA	2.900.001	2.900.001	2.900.001	2,1

Em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à CEMG 33,65% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG a esta entidade.

Em 28 de Dezembro de 2016, o MGAM adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

Outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2014, os outros instrumentos de capital são relativos a prestações acessórias concedidas pelos Acionistas MGAM e CEMG, nos montantes de Euros 61.750.001 e Euros 18.750.000, respetivamente.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, no montante de Euros 55.000.000.

Como atrás referido, em 30 de dezembro de 2015, as prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG passaram para o MGAM.

28. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	Euros	
	2017	2016
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (incluindo juro corrido)	669.687.406	638.550.083
Imparidade	(8.591.971)	(9.535.252)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	661.095.435	629.014.831
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	706.741.268	653.883.143
Reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda	45.645.833	24.868.312
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(3.426.103)	(4.318.300)
Reserva de justo valor	42.219.730	20.550.012
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(9.434.855)	(7.914.135)
Impostos diferidos e correntes	(8.499.831)	(3.372.898)
Reserva de revalorização de outros ativos	(137.795)	14.581
Reserva de reavaliação (líquida de impostos)	24.147.249	9.277.560
Reserva de reavaliação de interesses que não controlam (líquida de impostos)	(105.741)	(28.104)
Reserva de reavaliação atribuível (líquida de impostos)	24.252.990	9.305.664

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de impostos resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos nas políticas contabilísticas. Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas variações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

c) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas, as quais resultam de resultados apropriados, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

29. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

	Euros	
	2017	2016 (Reexpresso)
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	(11.190.826)	(32.614.184)
Número médio ponderado das acções em circulação (unidades)	137.750.000	137.750.000
Resultado por acção atribuível aos accionistas (euros)	(0,08)	(0,24)

30. Transações entre partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Montepio Seguros as (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão; e, (iv) fundo de pensões. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Caixa Económica Montepio Geral detém um empréstimo obrigacionista subordinado com o valor nominal de Euros 2.500.000, emitido pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Montepio Geral – Associação Mutualista detém dois empréstimos obrigacionistas subordinados com o valor nominal de Euros 38.500.000 e 21.000.000, respetivamente (ver nota 7).

Em 28 de Dezembro de 2016, o Montepio Geral – Associação Mutualista adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

	Euros					
	2017	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	5.365.179	-	-	-	-	5.365.179
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Activos disponíveis para venda	34.086.394	-	842.602	17.451	34.946.447	
Empréstimos e contas a receber	11.235.519	-	-	-	-	11.235.519
Outros devedores	-	-	-	-	-	-
Total do Activo	50.687.092	-	842.602	17.451	51.547.145	
Passivos subordinados	2.500.000	21.009.013	-	-	23.509.013	
Outros credores	1.536.379	-	-	1.207.116	2.743.495	
Total do Passivo	4.036.379	21.009.013	-	1.207.116	26.252.508	
Rendimentos e outros proveitos	6.814.624	163.000	-	-	6.977.624	
Custos aquisição	9.025.635	-	39.000	-	9.064.635	
Outros custos	2.048.522	1.151.442	-	3.297.812	6.497.776	
Total de Ganhos e Perdas	(4.259.533)	(988.442)	(39.000)	(3.297.812)	(8.584.787)	

	Euros					
	2016	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	14 089 051	-	-	-	-	14 089 051
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	47 995	-	-	-
Activos disponíveis para venda	32 052 069	-	790 602	17 451	32 860 122	
Empréstimos e contas a receber	155 946	-	-	-	155 946	
Outros devedores	13 767 280	1 489 824	-	885 284	16 142 388	
Total do Activo	60.064.346	1.489.824	838.597	902.735	63.295.502	
Passivos subordinados	2 500 000	38 500 000	-	-	41 000 000	
Outros credores	4 079 163	-	-	251 970	4 331 133	
Total do Passivo	6.579.163	38.500.000	-	251.970	45.331.133	
Rendimentos e outros proveitos	5 377 990	216 000	240 000	2 847 318	8 681 308	
Custos aquisição	12 342 861	-	1 000	-	12 343 861	
Outros custos	2 040 613	1 816 415	-	1 135 634	4 992 662	
Total de Ganhos e Perdas	(9.005.484)	-	(1.600.415)	-	1.711.684	(8.655.215)

Os Órgãos Sociais da Montepio Seguros SGPS, SA, com responsabilidades de gestão não auferem de qualquer tipo de remuneração. As remunerações e encargos do Conselho de Administração e outra pessoal chave da gestão referem-se a retribuições pagas pelas empresas participadas e são analisadas como segue:

	Euros		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1.710.550	89.551	1.800.101
Total	1.710.550	89.551	1.800.101

Os honorários faturados ao Grupo pelo Revisor Oficial de Contas são detalhados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Revisão Legal das Contas	223.275	191.725
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	25.000	71.620
Auditória aos fundos de pensões geridos pelo Grupo	73.958	67.088
Total	322.233	330.433

31. Compromissos

Durante o ano de 2017, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Contratos de locação operacional	2017	2016	Euros
Valor dos contratos reconhecidos	847.510	1.389.111	
Obrigações futuras até 1 ano	500.077	561.060	
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	267.760	747.095	

O Grupo registou ainda durante o ano de 2017, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Contratos de locação operacional	2017	2016	Euros
Valor dos contratos reconhecidos	121.036	503.488	
Obrigações futuras até 1 ano	94.533	174.712	
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	26.503	328.776	

As responsabilidades com créditos em regime de factoring ascendem em 2017 a Euros 89.000 (2015: Euros 2.665).

32. Passivos contingentes

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2017 ascendiam a Euros 15.000 de processos de sinistros (incluídos nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável).

Na sequência da aquisição da Real Seguros, o Grupo encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração do Grupo que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para o Grupo.

33. Fundos de pensões sob gestão do Grupo

O Grupo, através da Lusitania Vida e da Futuro, exerce a atividade de gestão de fundos de pensões. Os ativos sob gestão com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

	Euros	
	2017	2016
Fundos abertos	384.318.513	354.253.467
Fundos fechados	1.189.647.106	1.141.087.462
Total	1.573.965.619	1.495.340.929

34. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Montepio Seguros aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

- › Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- › Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- › Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras da Montepio Seguros.

A Montepio Seguros decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por "prova objetiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção tem por base o entendimento já transmitido pela ASF que irá adotar esta alteração do IFRS 4. Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Montepio Seguros.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- › No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- › Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Montepio Seguros não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada

igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Montepio Seguros não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Montepio Seguros

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Montepio Seguros.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Montepio Seguros não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a

legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Montepio Seguros não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- › Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- › Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- › Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).
- › Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Montepio Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Anexo I – Inventário de títulos e participações financeiras

Código	Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor do Balanço										
		Designação						Uní�ario	Total									
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS																		
1.1 - Nacionais																		
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo																		
920910022001	Clínica Sénior Médicos Computerizados de Belém		51.465	-	100,00%	4,99	256.706	4,99	256.706									
11																		
1.2 - Estrangeiros																		
1.2.1 - Obrigações de empresas do grupo																		
12			Sub-total	51.465	-	-	-	256.706	256.706									
11+12																		
2 - OUTROS TÍTULOS																		
2.1 - Nacionais																		
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo																		
2.1.1.1 - De divida pública																		
PTOTE50E0007	OT 4.15 15/04/2037		32.789.000	100,00%	102,56%	33.627.344	121,65%	39.888.654	39.888.654									
PTOTE0E0020																		
PTOTE0E0029	PGB 4.06/15/25																	
PTOTE0E0011	OT 2.875 15/10/2025		2.687.000	100,00%	99,61%	2.875.765	110,55%	3.191.564	3.191.564									
PTOTE0E0027																		
PTOTE0E0018	PGB 4.45 06/15/18		15.300.000	100,00%	90,63%	13.868.112	101,70%	15.559.352	15.559.352									
PTOTE0E0015																		
PTOTE0E0014	PGB 3.875 02/15/24		7.350.000	100,00%	96,21%	7.071.379	101,56%	7.464.980	7.464.980									
PTOTE0E0013																		
PTOTE0E0012	PGB 2.205 17/10/2022 - Tx. 2,20% (1º PAG JUROS 09/09/2015)		19.000.000	100,00%	114,09%	21.677.389	132,10%	25.096.643	25.096.643									
PTOTE0E0019																		
PTOTE0E0007	PGB 3.85 04/15/21		16.000.000	100,00%	94,70%	15.151.705	98,00%	15.679.727	15.679.727									
PTOTE0E0006																		
PTOTVLO0001	PGB FLOAT 12/05/22		605.000	100,00%	100,28%	602.722	106,60%	644.916	644.916									
PTTRAXM0006																		
PTSDRDM0001	GOVMAD FLT 06/09/22		355.000	100,00%	100,15%	355.519	103,56%	367.648	367.648									
Sub-total																		
2.1.1.2 - De emissoras públicas																		
PTCFPA0002	CP Comboios de Portugal 4.17 10/19		9.300.000	100,00%	98,84%	9.192.100	93,29%	8.675.807	8.675.807									
PTCG20E0001																		
PTIPEU0008	Caixa Geral Depósitos 4.25 20/20		5.500.000	100,00%	99,06%	5.448.490	97,58%	5.367.053	5.367.053									
XS0230315748																		
Sub-total																		
2.1.1.3 - De outras emissoras																		
9002023429901	Montejo Obrigações Cava e Subordinadas		4.168.000	100,00%	100,00%	4.168.000	98,63%	4.110.663	4.110.663									
PTBEN0001015																		
PTBSBSC0012	Banco Espírito Santo, SA -4.75% -15/01/2018		500.000	100,00%	98,52%	492.605	0,00%	492.605	492.605									
PTBSC0009																		
PT006AJ0009	OLIPEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015		3.000.000	100,00%	100,22%	3.021.471	114,71%	3.441.346	3.441.346									
PTCMKJ00004																		
PTCMK00001	Montejo Rendimento Top 2%*		8.475.000	100,00%	100,00%	8.515.000	96,71%	8.405.364	8.405.364									
PTCON00006																		
PTCON00005	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)		1.000.000	100,00%	100,72%	1.000.000	104,51%	1.045.516	1.045.516									
PTCPDE0000																		
PTCDE00000	REFER 4.25% 12/13/2003		200.000	100,00%	108,30%	216.610	112,85%	225.693	225.693									
PTCPHE0006																		
PTCPHE0006	REFER 5.875 02/19		1.000.000	100,00%	102,71%	1.027.100	104,17%	1.041.689	1.041.689									
PTCPHE0004																		
PTCPHE0004	Refer 4.675 10/24		8.000.000	100,00%	100,13%	8.010.516	98,56%	7.064.595	7.064.595									
PTCPDU00024																		
PTGAL00002	EDPLP 5.375 16/09/2075		2.600.000	100,00%	103,41%	2.688.712	116,01%	3.016.274	3.016.274									
PTGAL00002																		
PTGAL00009	GALPLP 3.01/09/18		1.300.000	100,00%	103,00%	1.339.000	100,80%	1.310.444	1.310.444									
PTGAL00008																		
PTGDDA0001	GALPLP 3.01/14/21		7.000.000	100,00%	100,24%	7.016.984	108,07%	7.565.143	7.565.143									
PTGDDA0001																		
PTGDDA0001	GALPLP 1.375 09/19/23		1.200.000	100,00%	149.279	1.219.709	154,74%	1.246.928	1.246.928									
PTGRPECE0000																		
PTERBLCE0017	PESTA 3.95 07/15/22		2.500.000	100,00%	99,24%	2.481.000	101,69%	2.542.360	2.542.360									
PTNOSPL0004																		
PTNOSPL0004	NOSPL 0 28/03/22		900.000	100,00%	100,54%	904.856	103,78%	934.012	934.012									
PTNOSPL0004																		
PTNOSPL0004	SPRHIS 3 04/27/19		1.800.000	100,00%	101,03	1.846.800	102,00%	1.840.242	1.840.242									
PTSRHBC0025																		
Sub-total	14	75.962.641	-	-	-	77.466.662	-	78.363.831	-									
Sub-total	14	263.524.001	-	-	-	266.280.326	-	285.978.653	-									
2.1.2 - Títulos de rendimento variável																		
2.1.2.1 - De divida pública																		
PTTVOH0007	PTB Float 12/08/2021		309.000	100,00%	100,16%	309.482	107,20%	331.242	331.242									
PTTVOH0002																		
Sub-total	-	779.000	-	-	-	794.371	-	820.326	-									
2.1.2.2 - De outras emissoras																		
PTBINJOM0003	Celulose Béira Industrial SA (CELBI) (taxa variável)		3.000.000	100,00%	100,31%	3.009.360	100,65%	2.629.549	2.629.549									
Sub-total	-	3.000.000	-	-	-	3.009.360	-	3.009.360	-									
2.1.2.3 - Ações																		
721910048601	SUN VAL		2.625.000	100,00%	98,10	262.500	-	-	-									
721910048701																		
722910042701	GERMONT		101	100,00%	99,03	10.000	50,52	51.102	51.102									
722910042701																		
900900022101	BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA		11.660	100,00%	100,00%	11.660.000	72,26	842.543	842.543									
900900000301																		
921910000301	AUDATEX (ACC)		70.496	100,00%	7.46	527.354	7.65	540.07										

2.2 - Estrangeiros								
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo								
2.2.1.1 - De dívida pública								
AT0000A001X2	Rep. Austria 3.5 09/21		3.250.000	100,00%	95,87%	3.115.634	115,25%	3.745.561
AT0000A1K8C8	RAGB 0.75 10/20/26		1.000.000	100,00%	103,40%	1.034.001	102,28%	1.022.789
BE0001728790	WALLOO 2.65 11/07/44		3.000.000	100,00%	117,34%	3.520.200	116,30%	3.488.972
DE0001135085	DBR 4.75% 04/07/28		4.000.000	100,00%	100,54%	4.021.405	145,76%	5.830.299
DE0001136374	DBR 3.75 04/01/19		3.000.000	100,00%	103,86%	3.115.776	108,17%	3.245.127
DE0001135390	DBR 3.25 04/20/20		3.000.000	100,00%	101,10%	3.032.993	111,04%	3.331.332
DE0001685W8	HAMBRG 0.58 11/23/27		2.000.000	100,00%	100,34%	2.006.720	99,34%	1.986.601
DE0002AAPM7	BERGER 1 3/6 06/05/37		2.000.000	100,00%	99,83%	1.996.600	100,79%	2.015.771
DE0002A2GSL6	SACHAN 0 1/2 06/25/27		2.000.000	100,00%	99,06%	1.981.200	98,95%	1.979.131
DE0002A2GS87	LDGHFM 1 12/06/27		900.000	100,00%	102,88%	925.920	99,45%	895.036
DE000NRW0K15	NRW 1.45 02/16/43		1.000.000	100,00%	100,39%	1.003.900	97,83%	978.275
ES0000012106	SPGB 4.3 31/10/2019		4.000.000	100,00%	99,08%	3.963.120	109,17%	4.386.665
ES00000124H4	SPGB 5 15 31/10/44		10.000.000	100,00%	122,98%	12.298.220	145,80%	14.580.268
ES00000127A2	SPGB 1.95 07/30/39		2.800.000	100,00%	99,85%	2.795.710	101,07%	2.829.954
ES00000127Z9	SPGB 1.95 30/04/2026		7.500.000	100,00%	106,67%	8.000.000	106,71%	8.003.093
ES0000012806	SPGB 2.9 10/31/46		5.500.000	100,00%	101,41%	5.577.550	101,32%	5.572.691
ES00000128Q6	SPGB 2.35 07/30/33		2.000.000	100,00%	103,61%	2.072.200	102,35%	2.047.050
ES0000012902	SPGB 4 2% 2037		12.000.000	100,00%	106,88%	12.825.620	131,62%	15.794.915
ES0000012A69	SPGB 1.45 10/31/27		1.700.000	100,00%	99,92%	1.698.589	99,19%	1.686.185
F4000148630	RFGB 0.75 04/15/31		2.850.000	100,00%	99,00%	2.821.500	99,02%	2.822.107
FR00000189151	FRTR 4.25% 25/04/19		12.500.000	100,00%	99,86%	12.482.750	109,29%	13.660.745
FR00010192997	FRTR 3.75% 25/04/21		2.500.000	100,00%	100,06%	2.501.500	116,19%	2.504.787
FR0001349349	COLTER 4.3 11/07/22		1.000.000	100,00%	114,45%	1.144.500	112,07%	1.120.662
FR00013291028	LEVLLS 2.4 12/01/37		3.000.000	100,00%	100,47%	3.014.100	100,97%	3.028.988
FR00013296704	VDP 1 3/8 11/20/34		2.000.000	100,00%	102,61%	2.052.200	99,68%	1.993.169
IT0003644769	República Italiana 4,50% 2020		4.500.000	100,00%	100,43%	4.519.500	111,30%	5.008.679
IT0003877310	ITALY Float 07/31/35		3.000.000	100,00%	90,00%	2.700.000	85,01%	2.550.361
IT0004923998	BTIPS 4.75 01/09/2044		10.000.000	100,00%	113,75%	11.375.253	129,44%	12.943.768
IT0005008484	CDEP Float 03/25/24		3.000.000	100,00%	103,10%	3.093.000	102,86%	3.085.907
IT0005024234	BTIPS 3.5 03/01/30		3.000.000	100,00%	119,32%	3.579.649	113,20%	3.389.128
IT0005056541	CCITS		1.000.000	100,00%	101,10%	1.011.000	101,90%	1.018.956
IT0005162828	BTIPS 2.7 03/01/47		4.000.000	100,00%	94,72%	3.788.600	91,52%	3.660.843
IT0005170839	BTIPS 1.6 01/06/26		2.500.000	100,00%	104,74%	2.618.807	98,68%	2.467.013
IT0005177809	BTIPS 2,25 09/01/26		7.500.000	100,00%	97,61%	7.335.568	93,03%	6.977.342
IT0005274805	BTIPS 2,05 08/01/27		2.000.000	100,00%	102,38%	2.047.500	101,39%	2.027.734
IT0005311508	CCITS Float 04/15/25		2.000.000	100,00%	100,98%	2.019.600	100,89%	2.017.887
NL00000102275	Netherlands 3.75 2023		2.000.000	100,00%	99,69%	1.993.800	123,22%	2.464.358
SI0002103487	SLOREP 1 1/2 03/29/35		1.000.000	100,00%	99,29%	992.900	99,58%	995.789
SK4120011426	SLOVGB 1 5/6 01/21/31		2.000.000	100,00%	105,00%	2.100.000	106,11%	2.122.230
SK4120012691	SLOVGB 1 7/6 03/09/37		2.000.000	100,00%	103,25%	2.065.000	105,88%	2.117.514
XI0098449456	ITALY Float 06/28/29		500.000	100,00%	122,85%	614.250	121,72%	608.624
XI0181673798	ROMCTY 3.45 01/27/48		1.000.000	100,00%	123,38%	1.233.792	121,46%	1.214.559
XI1420357318	ROMAN 2 7/8 05/26/28		2.000.000	100,00%	105,18%	2.103.600	107,80%	2.156.020
XI1508566392	POLAND 1 10/25/24		2.000.000	100,00%	97,38%	1.947.500	97,88%	1.957.651
XI1511904564	KOMMUN 0 7/8 11/03/36		1.250.000	100,00%	91,30%	1.141.250	91,25%	1.140.601
XI1551294256	ISRAEL 1 1/2 01/18/27		2.000.000	100,00%	103,00%	2.060.000	104,43%	2.088.521
XI1619567677	LITHUN 0 95 05/26/27		1.000.000	100,00%	101,05%	1.010.500	101,84%	1.018.440
XI1715328768	SWEMAT 1.2 11/10/25		1.000.000	100,00%	99,33%	993.250	97,80%	977.992
XI1731657497	LAZIO 3 08/03/31/43		1.500.000	100,00%	101,40%	1.521.000	97,98%	1.469.764
Sub-total			156.250.000			162.867.035		174.417.048

2.2.1.2 De outros emissores públicos

Sub-total

2.2.1.3 - De outros emissores						
AT00000325568	LANSTM Float 03/20/43	-	1.900.000	100,00%	83,53%	1.587.070
BE0002500750	KBC 0 3/4 10/24/27	-	1.000.000	100,00%	999.999	99,91%
BE5285455497	ABIBB 2 03/17/28	-	200.000	100,00%	112,11%	224.229
BXARTE	BACR D 10/30/20	14.200.000	-	100,00%	0,15	2.191.034
DE0001102432	DBR 1 1/4 08/15/2048	-	2.000.000	100,00%	102,82%	2.056.400
DE0002760980	KFW 3,5% 2021	-	1.500.000	100,00%	96,10%	1.441.500
DE0000135436	WLBANK 0 7/18 01/18/830	-	1.000.000	100,00%	99,44%	994.400
DE0000144611	BAYNDR 2 3/75 02/04/2075	-	1.000.000	100,00%	96,50%	965.000
DE0000242A9P1	TKAGR 2 75 08/03/2021	-	5.000.000	100,00%	104,95%	5.247.606
ES0200002022	ADIFAL 0,8 07/05/23	-	1.000.000	100,00%	100,26%	1.002.600
ES0211845203	Abertis Infra 4,375% 05/2020	-	2.500.000	100,00%	99,75%	2.493.750
ES0224244071	MAPFRE 1.625 19/05/2026	-	2.000.000	100,00%	100,93%	2.018.568
ES0224261059	CORES 1 3/4 11/24/27	-	1.500.000	100,00%	101,85%	1.527.750
ES0413211071	BBVA Cédulas Hipotecarias 4% 2025	-	2.000.000	100,00%	98,55%	1.971.000
ES0414950693	Caja Madrid 5 28/06/2019	-	2.000.000	100,00%	103,88%	2.077.500
FR0001019806	CADES 3 75% 2020	-	2.000.000	100,00%	99,17%	1.983.400
FR00011400571	COFP 3,311 01/25/23	-	1.000.000	100,00%	101,97%	1.019.730
FR0011697028	EDF 5 2/20/2049	-	1.000.000	100,00%	99,70%	997.000
FR0011791391	AREVA 3 1/25 20/03/2023	-	1.500.000	100,00%	102,12%	1.531.739
FR0013067196	SCOR 3 06/09/26	-	1.500.000	100,00%	97,55%	1.463.231
FR0013161898	FRLBP 3 09/06/2028	-	2.700.000	100,00%	102,00%	2.753.898
FR0013299435	RENAUL 1 1/28/25	-	1.000.000	100,00%	99,62%	996.190
IT0003757522	SALCYT FLT 11/26/24	-	2.012.500	100,00%	94,81%	1.908.136
IT0004167216	COLAME Float 12/31/26	-	1.147.980	100,00%	87,53%	1.004.770
XS0093667334	European Inv Bk 5 625% 15/02/28	-	1.140.800	100,00%	99,70%	1.137.378
XS0097224646	ING Bank NV 5 25% 19/05/2019	-	250.000	100,00%	100,00%	250.000
XS1002213149	Commerzbank CMS 2019	-	468.000	100,00%	99,80%	467.064
XS1583638652	CDC IWS 5 375% 2027	-	2.000.000	100,00%	98,96%	1.979.120
XS1629902229	Electricite de France 5 625 21/02/33	-	1.800.000	100,00%	106,49%	2.023.350
XS1698848558	Vodafone Group Plc 5,0% 03/2018	-	1.500.000	100,00%	99,76%	1.496.400
XS1703043247	ENEL 4,75% 06/18	-	1.000.000	100,00%	101,75%	1.017.500
XS173501379	BMW Finance 5% 06/08/18	-	1.000.000	100,00%	100,59%	1.005.862
XS1816490034	CFiscal 02/10/19	-	1.000.000	100,00%	99,63%	996.300
XS194805429	KAUP 0 06/30/14	-	239.000	100,00%	1,00%	2.390
XS2002197694	SANTAN FLT 49	-	15.000	100,00%	60,00%	9.000
XS203026197	Citigroup, Inc 4,25% 2030	-	5.000.000	100,00%	96,58%	4.820.000
XS2044383199	Barclays Bank 4,75% 2020 Perp	-	1.000.000	100,00%	100,65%	1.006.525
XS2222363027	Glaxosmithkline Cap Plc 4% 2025	-	7.000.000	100,00%	99,09%	6.936.500
XS225115566	Caixa D'Estalys da Terrassa 8% Perp	-	1.000.000	100,00%	99,50%	995.000
XS225667440	Gen Elec Cap Crp 4 125% 2035	-	2.500.000	100,00%	100,46%	2.511.500
XS250729109	Abbey NT - Ced. Hipotecarias 4,25% 2021	-	4.000.000	100,00%	99,70%	3.987.900
XS256967869	Rabobank Nederland 4,375% 2021	-	2.500.000	100,00%	99,39%	2.484.750
XS267828308	Merrill Lynch 4,625% 14/09/2018	-	5.000.000	100,00%	100,10%	5.005.000
XS2703473704	GS 4,75% 12/10/2021	-	2.000.000	100,00%	108,80%	2.016.000
XS283056215	TELEFO FLT 18	-	600.000	100,00%	98,11%	588.632
XS333464851	Rabobank 4 75 01/18	-	2.000.000	100,00%	102,30%	2.046.000
XS342289575	Barclays BK PLC BACR 6 01/23/18	-	9.500.000	100,00%	100,11%	9.510.700
XS368461644	Siemens Financieringsmat 5 625% 06/18	-	5.000.000	100,00%	102,70%	5.135.000
XS428147093	Shell Int'l Finance 4,375 05/18	-	7.950.000	100,00%	101,31%	8.053.983
XS428962921	ICO 4,375 20/05/2019	-	750.000	100,00%	99,76%	748.215
XS432092137	Credit Agricole 5 675 06/19	-	3.000.000	100,00%	105,51%	3.165.314
XS479541699	GAS NATURAL CAPITAL 4-125%-26/01.2018	-	100.000	100,00%	99,67%	99.668
XS479542560	Gas Natural 4,5 01/20	-	2.100.000	100,00%	93,81%	1.970.065
XS490013801	Commonwealth Bk Australia 02/2020	-	1.000.000	100,00%	102,50%	1.025.000
XS756990429	STROIKA FINANCE 3 1 09/19	-	8.833.000	100,00%	0,39%	34.132
XS764278528	Munich Re 6,25 26/05/2042	-	2.000.000	100,00%	121.886	2.437.647
XS935890350	PETROBRAS 4 25 07/10/2023	-	8.100.000	100,00%	100,42%	8.134.091
XS942659426	ENEL IM 4,875 17/04/2023	-	550.000	100,00%	106,67%	586.671
XS966458653	Telecom Italia 4 21/10/2020	-	1.000.000	100,00%	98,67%	986.654
XS975343757	GAS NATURAL 3,875 2023	-	2.500.000	100,00%	100,62%	2.515.392
XS9906949623	Gazprom 4 364 21/03/25	-	1.500.000	100,00%	100,78%	1.511.736
XS9709695572	EDP FINANCE BV-4 875%-14.09.2020	-	700.000	100,00%	100,25%	701.172
XS970852348	ENI SpA 3,75 09/25	-	2.000.000	100,00%	104,14%	2.082.725
XS972523947	CREDIT SUISSE 5 75 09/18/2025	-	500.000	100,00%	111,95%	559.766
XS975266855	REPSM 3 625 10/07/21	-	2.000.000	100,00%	102,90%	2.058.000
XS982711714	PETROBRAS 4,75 14/01/2025	-	3.000.000	100,00%	99,68%	2.990.304
XS982774309	RENEPL 4,75 2020	-	7.700.000	100,00%	103,26%	7.950.890
XS1072141861	ADIF 3,5 27/05/2024	-	2.000.000	100,00%	99,57%	1.991.351
XS1080158535	F 1 7/8 06/24/21	-	500.000	100,00%	105,86%	520.300
XS109530694	ANASM 4 622 07/22/19	-	2.000.000	100,00%	99,69%	1.993.771
XS111324700	EDP FINANCE BV 2,625% 01/18/2022	-	150.000	100,00%	104,29%	156.438
XS1117290211	CPF SSM 3 375 3 07/03/15/22	-	500.000	100,00%	80,32%	401.600
XS1140667316	Standard Chartered 3 125 11/19/24	-	2.000.000	100,00%	96,80%	1.936.688
XS1169791522	POPSM 2 02/03/2021	-	600.000	100,00%	94,70%	568.200
XS1169832810	TELECOM ITALIA 3,25% 01/16/2023	-	200.000	100,00%	104,46%	208.914
XS1173867323	GS 0 26/07/22	-	500.000	100,00%	104,81%	504.034
XS1190282626	RENEPL 0,5 12/02/2025	-	2.000.000	100,00%	105,88%	2.111.613
XS119032999	BNP 2 375 17/03/2025	-	2.650.000	100,00%	100,07%	2.651.655
XS1201001572	SANTAN 2 5 18/03/2025	-	3.000.000	100,00%	166,11%	4.983.273
XS1203854960	BATSLN 0 7/6 10/13/23	-	500.000	100,00%	101,51%	507.550
XS1204154410	ACAPP 2.625 17/03/2027	-	2.000.000	100,00%	100,47%	2.009.440
XS1222590488	EDPPL 2 04/22/25	-	6.000.000	100,00%	97,90%	5.874.000
XS1361115402	EZJLN 1 75 02/09/23	-	200.000	100,00%	105,19%	210.390
XS1378860253	BNP 2 875 01/10/2026	-	1.100.000	100,00%	102,90%	1.131.897
XS1379157404	PEMEX 3,75 03/19/19	-	200.000	100,00%	105,79%	211.580
XS1384064587	SANTAN 3 25 04/04/2026	-	4.000.000	100,00%	101,48%	4.059.000
XS1405784015	KHC 2,25 05/25/28	-	200.000	100,00%	108,92%	217.839
XS1420379651	NEDWBK 1 1/4 05/27/36	-	2.500.000	100,00%	97,97%	2.449.250
XS1428782160	ESBIRE 1.875 14/06/2031	-	1.500.000	100,00%	99,75%	1.496.310
XS1458603036	GS 27/07/2021	-	130.000	100,00%	101,46%	131.903
XS1501166869	TOTAL 3 369 29/12/2049	-	1.100.000	100,00%	96,25%	1.058.750
XS154844816	Santander Issuances	-	5.000.000	100,00%	98,85%	4.942.406
XS1562614831	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	-	6.000.000	100,00%	100,19%	6.011.219
XS1569874503	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	-	3.000.000	100,00%	100,39%	3.011.700
XS1584041252	BNP FLT 09/22/22	-	150.000	100,00%	102,05%	153.082
XS1586214956	HSBC FLT 05/27/22	-	200.000	100,00%	101,30%	202.591
XS1586228624	BNG 1 1/2 03/29/38	-	2.000.000	100,00%	101,69%	2.033.700
XS1598243142	Antolin 3,25% 2017/2024	-	3.000.000	100,00%	103,15%	3.094.522
XS1598861588	ACAPP FLT 04/20/22	-	200.000	100,00%	101,56%	203.127
XS1602557495	BAC FLT 05/04/23	-	300.000	100,00%	100,76%	302.284
XS1622530132	AGN 0 1/2 06/01/21	-	500.000	100,00%	100,68%	503.375
XS1626931302	BNP 06/07/24	-	100.000	100,00%	100,88%	100.877
XS1633845158	LLOYDS FLT 09/21/24	-	250.000	100,00%	100,39%	250.975
XS1649667972	INVITA 1 3/8 07/20/22	-	2.000.000	100,00%	102,85%	2.057.000
XS1691349523	GS FLT 09/26/23	-	370.000	100,00%	100,01%	370.054
XS1700578724	DEXGPB 1 10/18/27	-	2.000.000	100,00%	100,95%	2.019.000
XS1709328869	BGOSK 1 5/8 04/30/28	-	1.000.000	100,00%	101,80%	1.018.000
XS1709502528	SHBASS 0 3/4 11/01/27	-	2.000.000	100,00%	100,00%	1.999.999
XS1716825507	SEB 0 3/4 11/15/27	-	2.000.000	100,00%	99,97%	1.999.400
XS1718480327	UPS 0 3/8 11/15/23	-	500.000	100,00%	99,67%	494.350
XS1720947917	DANBNK 0 3/4 11/22/27	-	2.000.000	100,00%	100,00%	2.000.000
FR0011401736	EDF-Electricité de France SA	-	2.000.000	100,00%	102,50%	2.049.990
XS1207054666	Repsol Int'l Finance	-	2.000.000	100,00%	101,30%	2.025.943
XS1721422902	Vodafone Group Plc	-	2.000.000	100,00%	101,49%	2.026.898
Sub-total		14.200.000	225.456.280		221.777.429	240.762.020
221		Sub-total</				

2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Ações							
921810000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	179.669	-	100,00%	119,77	21.516.963	1,25
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	7.721.250	-	100,00%	0,53	4.059.582	0,38
ES0113056008	BANCO MARE NOSTRUM SA	104.328	-	100,00%	1,79	186.293	0,51
ES0165936008	ABANCA	143.703	-	100,00%	1,38	197.735	1,62
	Sub-total	8.148.950	-			25.962.574	3.445.113
2.2.2.2 - Unidades de Participação							
GBR12100007	THE FINE ART II L.P.	164.630	-	100,00%	0,44	71.737	0,65
GG00BYRGP065	Alternative Liquidity Fund Limited	277.620	-	100,00%	1,60	445.131	0,20
IE00B06YB005	PREFF (UPS)	367	-	100,00%	100,55	36.940	80,52
IE00B520F527	ALAR FUND PLC	20.035	-	100,00%	149,74	3.000.000	149,81
IE00B65SY728	Mercer Liquid Alternative Strategies Fund	31.217	-	100,00%	115,34	3.600.587	114,84
IE00BBPLSL15	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	46.505	-	100,00%	105,57	4.809.776	105,75
IE00BBPLSM22	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	47.352	-	100,00%	102,20	4.839.134	102,04
IE00BFTWP510	SPDR EURO STOXX LOW VOL	12.500	-	100,00%	32,89	411.143	37,75
IE00BGY64V57	Mercer Passive Global Equity Fund	103.359	-	100,00%	125,44	12.965.764	144,36
IE00BGY64Y71	Mercer Passive Global Equity UCITS	18.719	-	100,00%	76,76	1.436.842	119,71
IE00BLNMPR11	Mercer Low Volatility Equity Fund	114.309	-	100,00%	114,63	13.103.585	132,59
IE00BP358598	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 1	6.509	-	100,00%	69,14	450.000	101,27
IE00BP358706	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 2	6.615	-	100,00%	68,03	450.000	99,40
IE00BRK97X06	Mercer Global Buy & Maintain Credit Fund	154.976	-	100,00%	108,29	16.782.467	107,61
IE00BYNFXR72	Mercer Absolute Return Fixed I	90.336	-	100,00%	96,22	8.691.767	100,72
KYG399911232	GOTTEXABI FUND	1.980	-	100,00%	-	-	-
LU0290355717	DBX II SOV EUROZ ETF	1.849	-	100,00%	231,19	427.466	229,36
LU0296922973	NOVENERGIA	1	-	100,00%	67.471,99	55.779	105.268,81
LU0701293705	INCOMETRIC FUND	155.280	-	100,00%	6,44	1.000.107	6,46
LU0908524936	HALLEY ALINÉA GLOBAL	18.848	-	100,00%	106,11	2.000.000	100,40
LU1111643042	ELEVA EUROPEAN SELECTION FUND	1.620	-	100,00%	1.234,57	2.000.000	1.290,04
TIC 2	TIC 2	72.011	-	100,00%	1,00	72.011	1,00
	Sub-total	1.346.638	-			76.750.236	82.012.183
222	Sub-total	9.495.588	-			102.712.810	85.457.296
221+222	Total	23.695.588	381.706.260			487.357.274	500.636.373
3 - TOTAL GERAL							
		29.518.514	649.009.281			778.074.833	801.192.504

CERTIFICAÇÕES

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including 'pr', 'rt', 'ot.', 'D', and a stylized 'n'.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prestação de Contas Consolidadas

Senhores Acionistas,

De acordo com a lei e os estatutos, cumpre apresentar o nosso relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2017, nomeadamente o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade Montepio Seguros SGPS, SA.

No desempenho das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu a diversos exames, análises e verificações que considerou necessários, com o objetivo de formar opinião e dar cumprimento ao disposto na lei, tendo acompanhado a atividade da sociedade, apoiando-se quer na documentação e informações facultadas pelos serviços de contabilidade quer nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual dá a sua concordância, anotando com relevância a reserva e a ênfase relatadas naquele documento.

Tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas do exercício de 2017, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada dos Ativos e Passivos das empresas incluídas no perímetro da consolidação.

O resultado líquido negativo do exercício de 2017 cifrou-se em 11.190.826 euros.

Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito das competências legais que lhe estão atribuídas, o Conselho Fiscal da sociedade Montepio Seguros SGPS, SA deliberou emitir o seguinte parecer:

1. Que a Assembleia aprove o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2017, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
2. Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
3. Que se proceda à apreciação da administração e fiscalização da sociedade nos termos do Artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

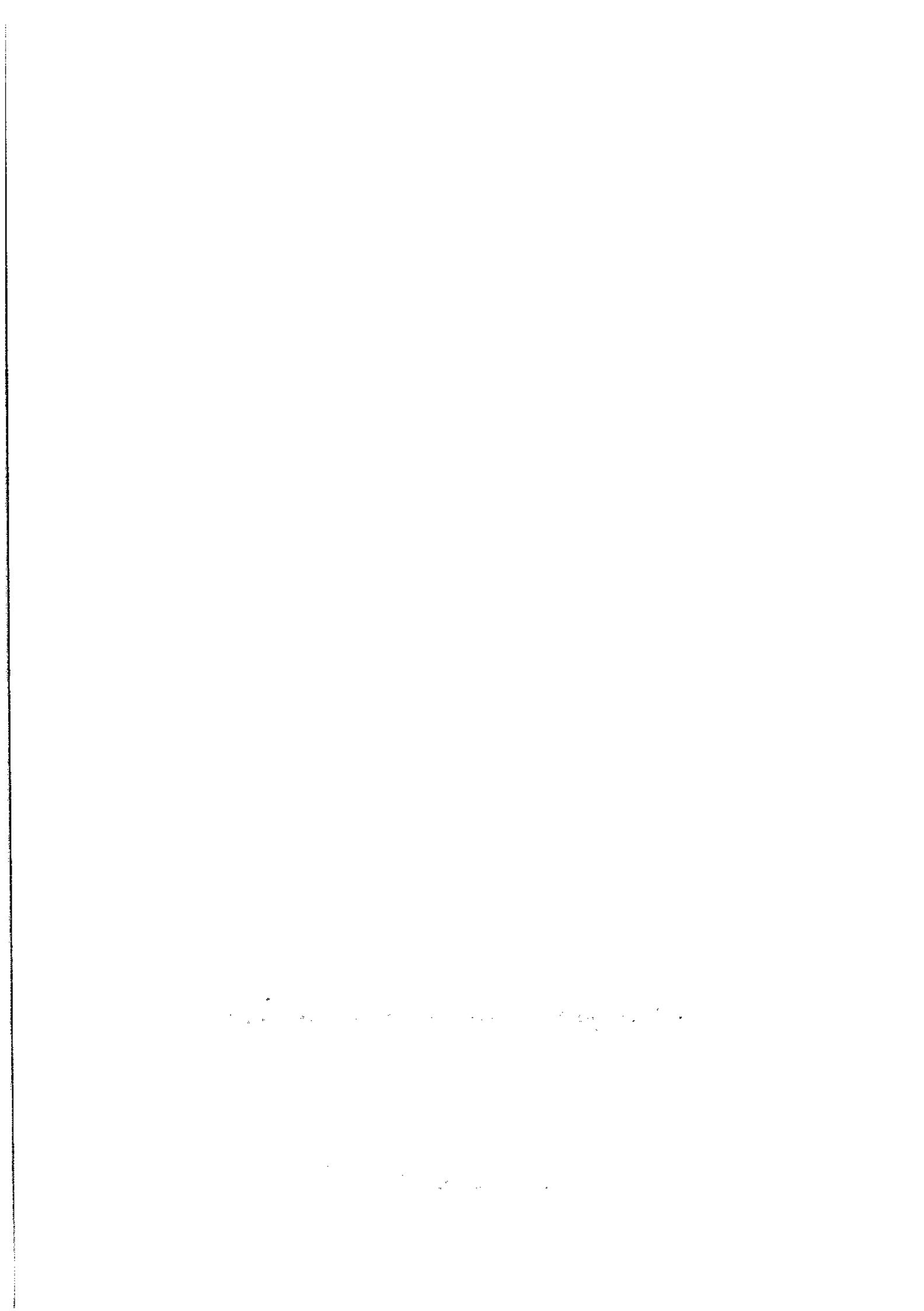
Lisboa, 23 de maio de 2018

O Conselho Fiscal

José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni - Presidente

Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel - Vogal

Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Paula Alexandra Flores Noia da Silveira - Vogal



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Montepio Seguros, S.G.P.S, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 1.105.107.569 euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Grupo de 82.021.876 euros, incluindo um resultado líquido negativo atribuível aos accionistas do Grupo de 11.190.826 euros, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações do capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada da **Montepio Seguros, S.G.P.S, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião com reservas

O Grupo apresenta no seu balanço consolidado o valor de 15.427.185 euros relativo a activos por impostos diferidos cujo detalhe é incluído na nota 16 anexa às demonstrações financeiras. Nesta nota, é mencionado que a avaliação da recuperabilidade dos activos por impostos diferidos das subsidiárias do Grupo está suportada por *business plans* preparados e aprovados pelos respectivos Conselho de Administração para o período de 5 anos a findar em 2022. O referido valor inclui o montante de 14.090.775 euros decorrente de activos por impostos diferidos reconhecido pela subsidiária Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., cujo *business plan* aprovado pelo respectivo Conselho de Administração prevê uma melhoria significativa da *performance* financeira para a qual não obtivemos o devido fundamento, tendo em consideração a evolução verificada no passado recente.



Adicionalmente, este *business plan* não inclui a projecção do resultado fiscal e da reversão das diferenças temporárias. A concretização deste *business plan* depende da capacidade da subsidiária implementar as medidas previstas, bem como da evolução da envolvente macroeconómica e do mercado em geral.

Desta forma, não nos é possível concluir a esta data sobre a adequação do registo dos activos por impostos diferidos no montante de 14.090.775 euros reconhecidos no balanço consolidado do Grupo em 31 de Dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

A Certificação Legal das Contas de 2016 incluía uma reserva por limitação de âmbito relativa à rubrica de *goodwill* no montante de 18.673.846 euros e ao valor actual de negócios anteriormente adquiridos (contratos de seguro) reconhecido na rubrica de outros activos intangíveis, no montante de Euros 7.550.395 euros, uma vez que, devido a alterações significativas ocorridas nos sistemas de informação naquele ano, não ter sido possível ao Grupo disponibilizar a informação necessária que permitisse concluir sobre a existência de eventuais imparidades destes activos.

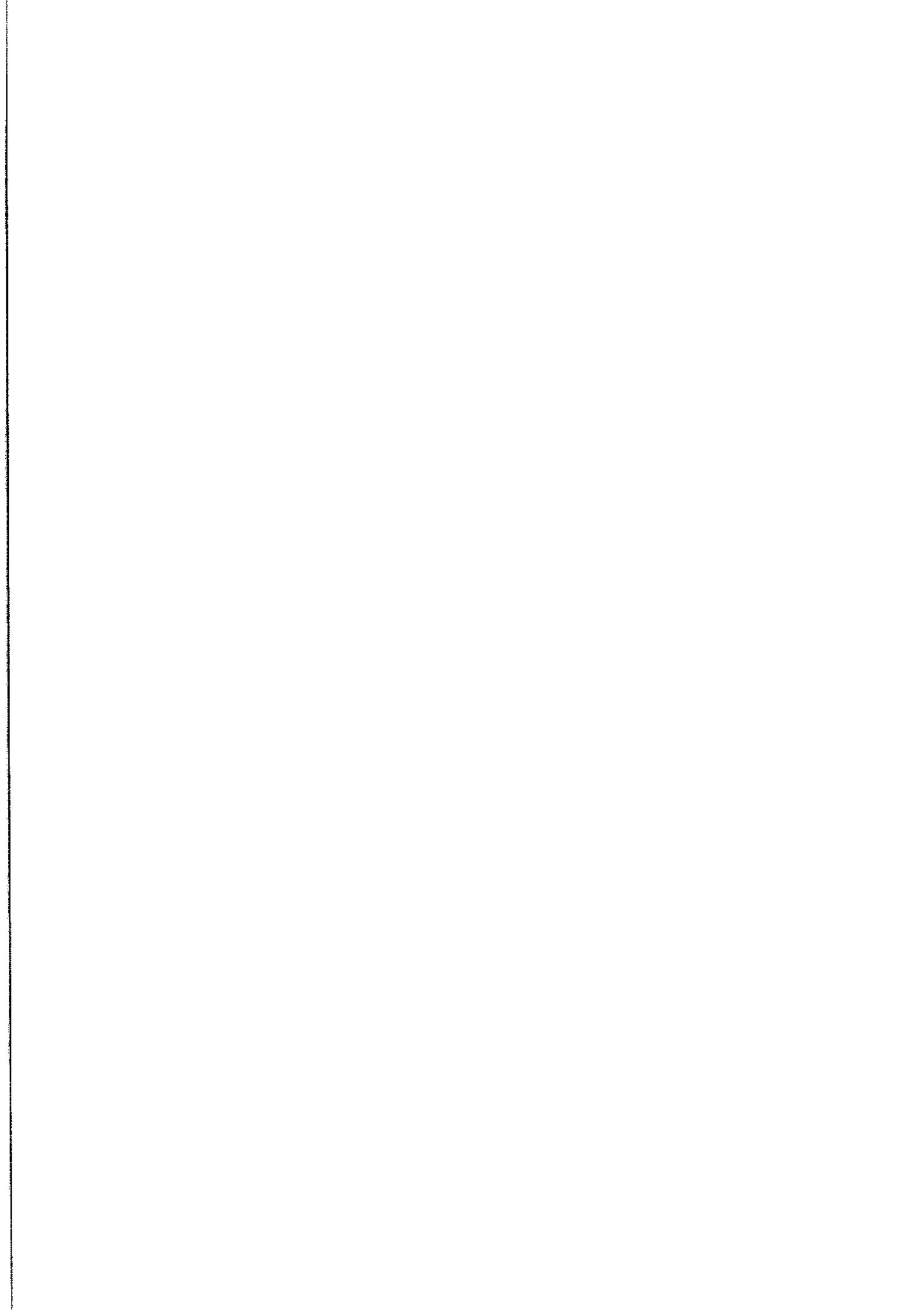
Conforme referido na nota 11 anexa às demonstrações financeiras, em 2017 foi possível ao Grupo proceder à realização dos testes de imparidade dos referidos activos intangíveis, nos termos da política contabilística descrita na nota 3 anexa às demonstrações financeiras. Os testes efectuados permitiram concluir que estes activos apresentavam perdas por imparidade já no final do ano de 2016, pelo que o Grupo procedeu à sua anulação/amortização integral por contrapartida de resultados transitados e reexpressou os números correspondentes relativos a 31 de Dezembro de 2016. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Além da matéria descrita na secção "Bases para opinião com reservas", decidimos que as matérias descritas a seguir são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.



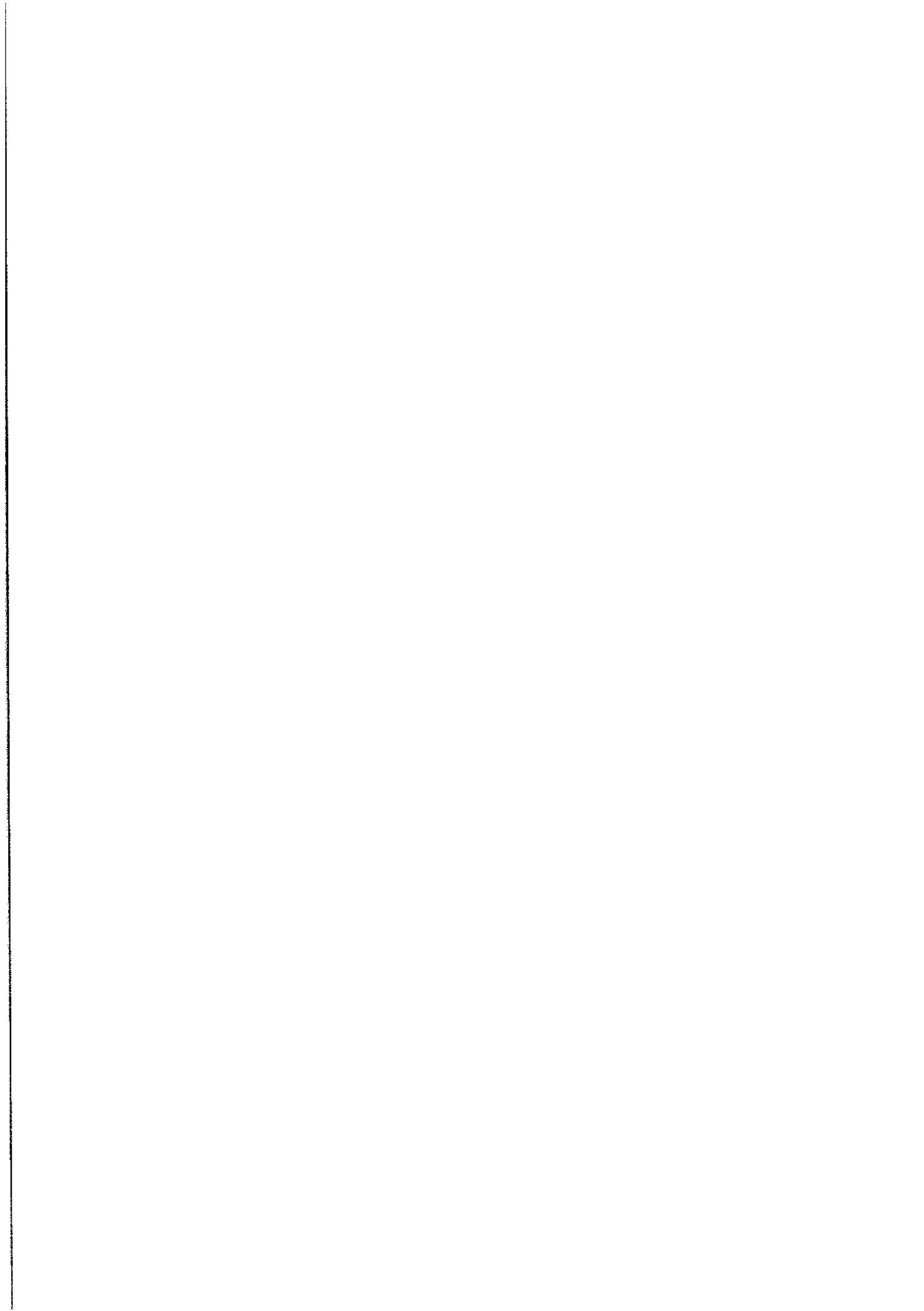


Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 706.741.268 euros e 8.116.425 euros, respectivamente, conforme nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, representando em conjunto cerca de 64,7% do activo.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na alínea d) da nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas. No que respeita aos activos disponíveis para venda, o Grupo determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na alínea d) da nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pelo Grupo ao nível da mensuração da sua carteira de activos financeiros;▪ Teste à valorização da carteira de activos financeiros disponíveis para venda e de activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo;▪ Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade; e,▪ Revisão das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



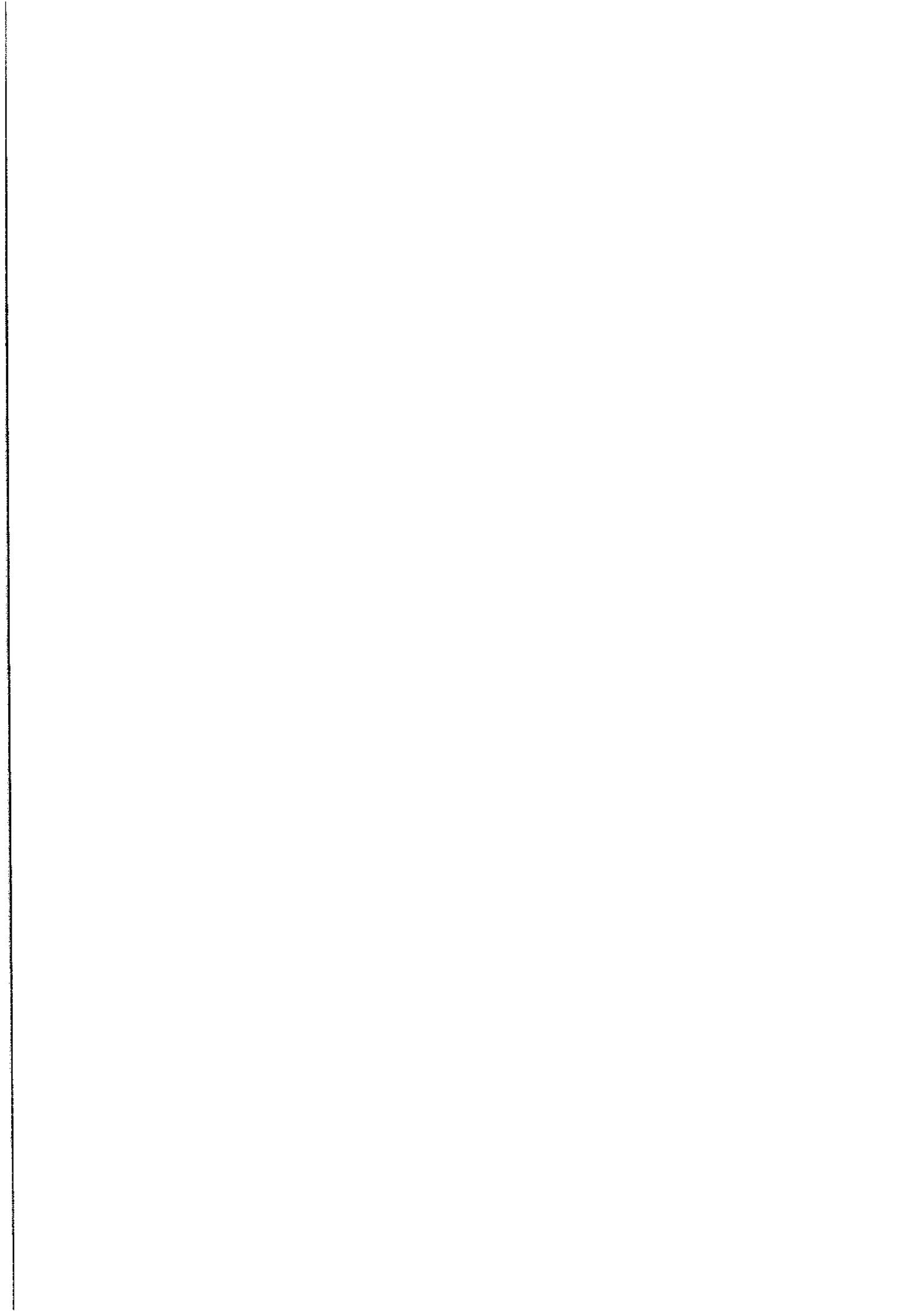


Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017, as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 104.359.112 euros e 382.400.548 euros, conforme notas 7.3 e 5 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, respectivamente, e representam, cerca de 10,2% e 37,3% respectivamente, do passivo à mesma data.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>O Grupo procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades com provisões matemáticas do ramo vida e com contratos de investimento tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.</p> <p>Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e de negócios usados como inputs para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na alínea c) da nota 3 anexas às demonstrações financeiras consolidadas. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões técnicas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Avaliação do desenho e da implementação e teste à efectividade dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento técnico;▪ Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades;▪ Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto; e▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2017, a provisão para sinistros, no valor de 348.750.349 euros, representa 34,1% do passivo à mesma data. Relativamente à provisão para sinistros de acidentes de trabalho, esta inclui 134.035.792 euros referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 5 anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- (i) **Provisão para sinistros - excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (Pensões) no montante de 214.714.557 euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>Conforme referido na alínea c) (iii) da nota 3 a provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, excepto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inherentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, o Grupo calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros; ▪ Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>); ▪ Avaliação da metodologia e pressupostos utilizados pelo Grupo na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros; ▪ Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis do Grupo e avaliámos as divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável; ▪ Revisão das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





- (ii) Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho, no montante de 134.035.792 euros.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração do Grupo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades, tal como referido na nota 3 anexa às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave do Grupo ao nível da sua política de provisionamento para sinistros; ▪ Testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação das metodologias e pressupostos económicos e não económicos utilizados pelo Grupo na projecção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho; ▪ Revisão das divulgações efectuadas pelo Grupo, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

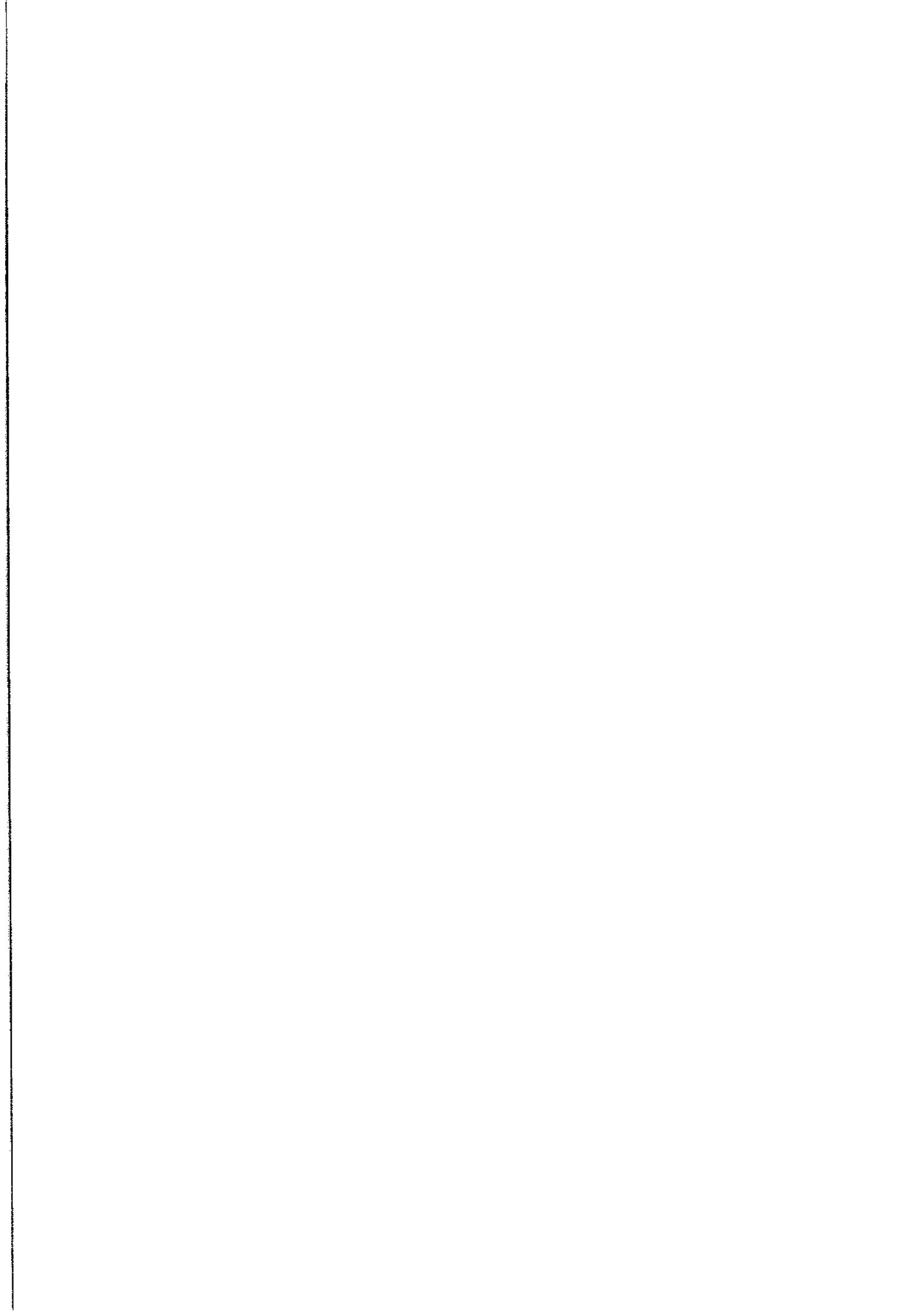
Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.





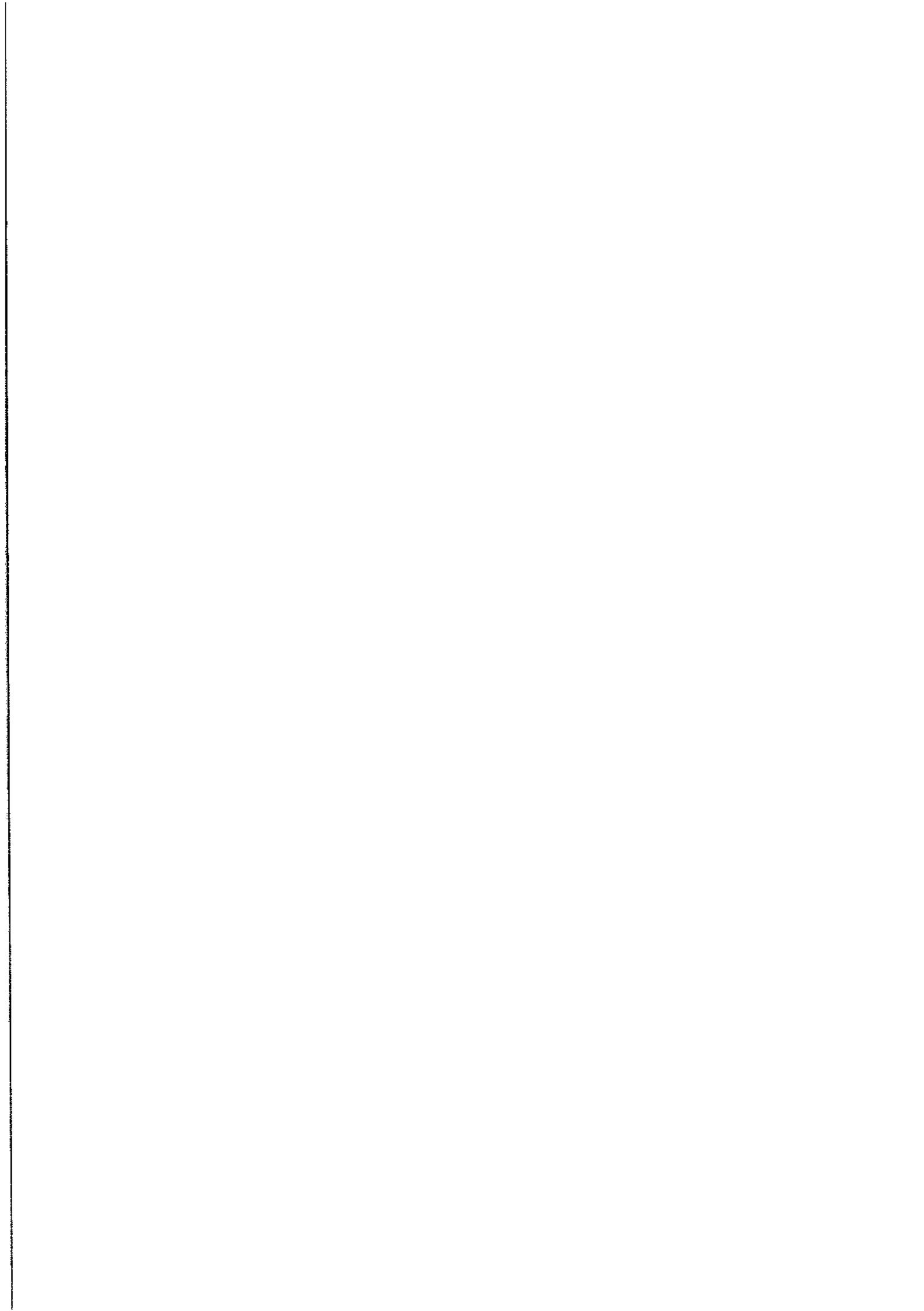
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos scepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou actividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;





- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido publicado juntamente com o relatório de gestão.



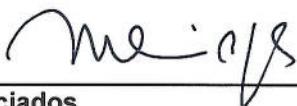


Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados revisores oficiais de contas da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 14 de Janeiro de 2014 para um mandato compreendido entre 2013 e 2015. O actual mandato em curso termina com a conclusão da auditoria às demonstrações financeiras de 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o scepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 23 de Maio de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

23 de Maio de 2018



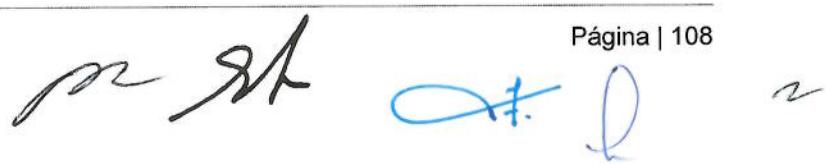
KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2017

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including 'pr st', 'AT', and 'D'.

Índice

01. A Montepio Seguros	112
02. Modelo de Governo	114
03. Envolvimento com stakeholders	118
04. Alinhar a oferta com um mundo em mudança.....	120
05. Valorizar os Colaboradores	123
06. Investir em ações que beneficiam a comunidade	127
07. Promover o Ambiente.....	130

A Montepio Seguros



234.823 Milhares €
Prémios Brutos Emitidos

1.573.966 Milhares €
Fundos de Pensões



75,68 ton
Consumo de Papel



13.312
Horas de cursos e ações formativas em e-learning e presenciais para colaboradores



1.553.619
Kwh
Consumo de Eletricidade



49,5%
Colaboradores do género feminino e **50,5%** do género masculino

Montepio Seguros

01

01. A Montepio Seguros

A Montepio Seguros foi constituída sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais tendo como participadas:

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
 - Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
 - N Seguros, S.A.
 - Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.
- O capital social é de 137.750.000 euros repartido pela Associação Mutualista Montepio Geral com 89,546%, pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., com 8,348% e pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A com 2,105%.

PARTICIPADAS

- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Companhia foi fundada em 1986, sendo a primeira seguradora de iniciativa privada e ser criada após o 25 de abril. Desde então a Companhia tem-se dedicado à comercialização de seguros de ramos reais, explorando todos os ramos.

- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Vida foi constituída em 1987, sendo especializada em seguros do ramo Vida e na exploração de Fundos de Pensões.

- N Seguros, S.A.

A N Seguros atua no mercado de seguros diretos e foi constituída em 2008.

- Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A Futuro é especializada na gestão de Fundos de Pensões e foi criada em 1988.

Modelo de Governo

02

02. Modelo de Governo

MODELO DE GOVERNO

Órgãos Sociais

Nos termos estatutários, a gestão da Sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco membros eleitos trienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



O Conselho de Administração é composto por cinco administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais. O Conselho de Administração gere os negócios da Sociedade com os mais amplos poderes.

A fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um Revisor Oficial de Contas.

Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleitos.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito de voto. Reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal.

A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

GESTÃO DE RISCO

LUSITANIA

Em 2017, prosseguiu-se a implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos do Solvência II, e que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. Foram desenvolvidas ações de adequação do modelo de governação, com o objetivo de ajustar e adequar a Estrutura Organizacional às melhores práticas, no âmbito das Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*.

Principais desenvolvimentos da área de gestão de risco em 2017

- Continuidade dos trabalhos de implementação da solução informática para suporte aos requisitos de reporte regulamentar (Regulamento de Execução (EU) 2015/2450);
- Evolução do Sistema de Governação, com a aprovação e publicação das Políticas de *Compliance* e *Auditoria Interna*, de acordo com a Diretiva de Solvência II, as orientações da EIOPA, bem como o regime de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR);
- Desenvolvimento e realização do exercício de autoavaliação prospectiva dos riscos e de solvência (ORSA) de 2017, no âmbito do processo de planeamento estratégico;
- Monitorização trimestral da posição de solvência da Companhia;
- Continuação da implementação do modelo de autoavaliação dos riscos e dos controlos dos processos;

LUSITANIA VIDA

A Companhia tem vindo a desenvolver diversas ações com vista a dar resposta aos desafios da Gestão de Risco e Gestão de Capital.

- Desenvolvimento de uma Política de Gestão de Risco que visa uma gestão integrada dos riscos;
- Definição de estratégias de mitigação de riscos;

N SEGUROS

Em 2017 foi dada continuidade à implementação do Plano Diretor para a Gestão integrada de Riscos, tendo-se desenvolvido as seguintes ações em estreita interligação com a Lusitania:

- No âmbito das orientações da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* foram efetuadas ações que visam adequar a sua estrutura organizacional às melhores práticas;
- Realizado do exercício de autoavaliação prospectiva dos riscos (ORSA);
- Reforço da estratégia de *derisking* nos ativos financeiros;
- Desenvolvimento dos trabalhos associados ao processo de certificação atuarial da informação com referência a dezembro de 2016 e à certificação pelo Revisor Oficial

FUTURO

Em 2017, a Futuro prosseguiu a validação do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno. Em relação à função Auditoria Interna foi verificada a eficácia do sistema e os seus controlos, no sentido de uma melhoria da atividade e a mitigação dos riscos. No âmbito do *Compliance* foram desenvolvidos diversos trabalhos com vista à consolidação da função.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Código de Ética

O quadro legal que rege a atividade das Participadas obriga a estabelecer e monitorizar o cumprimento de códigos de conduta que estabeleçam linhas de orientação em matéria de ética profissional, incluindo princípios para a gestão de conflitos de interesses, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, aos responsáveis por funções-chave e demais trabalhadores e colaboradores.

As Participadas redigiram os seus Códigos de Ética, que definem os princípios e as regras a observar por estas, sem prejuízo de outras disposições legais ou regulamentares

Envolvimento com stakeholders

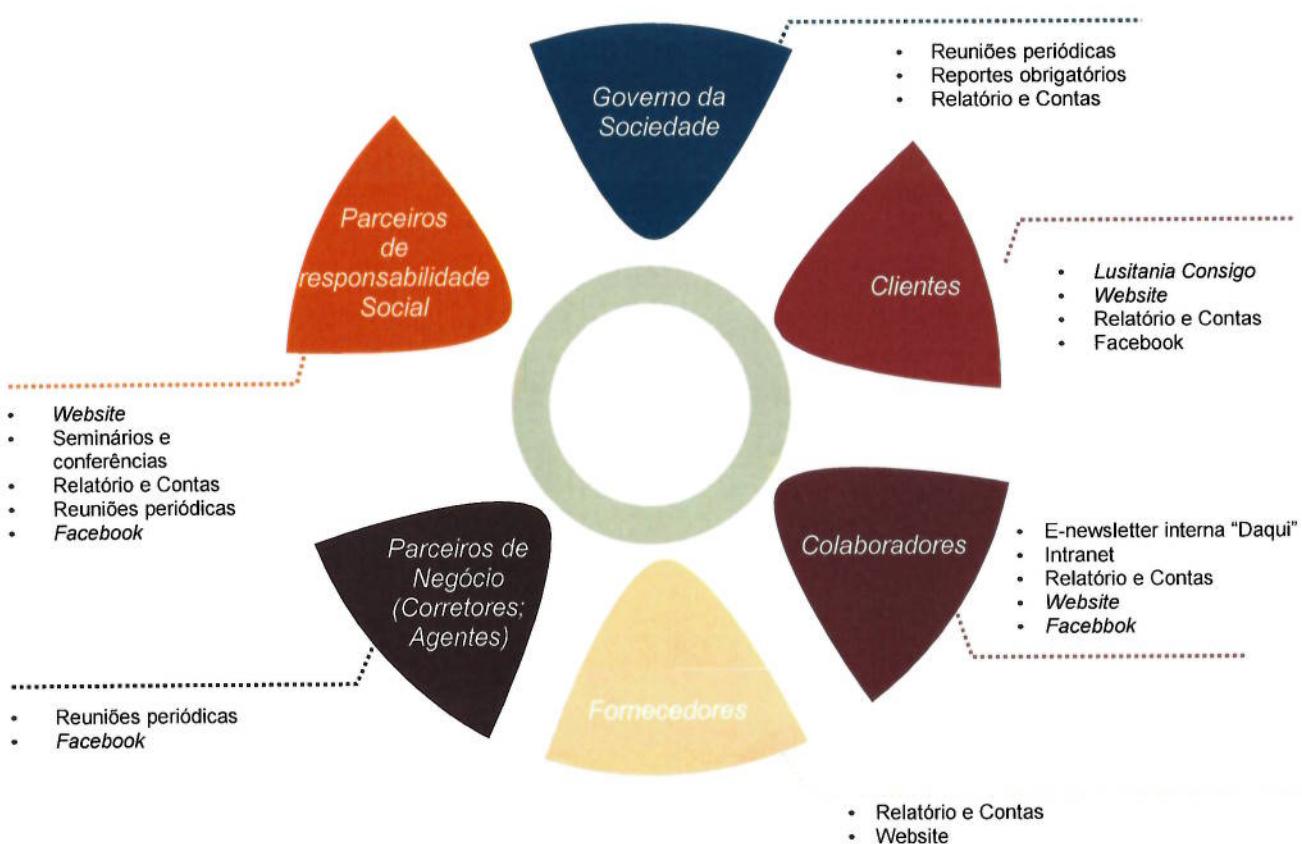
03

03. Envolvimento com stakeholders

Qualquer das Participadas reconhece a importância dos seus *stakeholders*, pelo que, mantém um diálogo constante com as pessoas e entidades que são as suas partes interessadas. Cada Participada tem os seus mecanismos de comunicação com vista a ter a uma relação sustentada com os seus Colaboradores, os seus Fornecedores, bem como com qualquer entidade que seja sua parceira.

A título de exemplo, e de forma a promover o envolvimento e o diálogo contínuo com os seus *stakeholders*, a Lusitania dispõe de canais de envolvimento (internos e externos) específicos, que a seguir se apresentam:

PRINCIPAIS GRUPOS DE STAKEHOLDERS E SEUS CANAIS DE ENVOLVIMENTO



Alinhar a oferta com um mundo em mudança

04



04. Alinhar a oferta com um mundo em mudança

Criação de valor

Prémios de Seguro Diret (em milhares de euros)

	2016	2017
Vida	34.034	32.127
Não Vida	198.651	202.696
VALOR ACUMULADO	232.685	234.823

Fundos de Pensões (em milhares de euros)

	2016	2017
Fechados	1.141.087	1.189.647
Abertos	354.254	384.319
VALOR ACUMULADO	1.495.342	1.573.966

FORTALECIMENTO DE ALIANÇAS E PARCERIAS

Durante o ano de 2017, a Lusitania prosseguiu o alargamento da sua representação geográfica, através do estabelecimento de alianças e parcerias sustentáveis e duradouras com os corretores e agentes. Desenvolveu um conjunto de ações comerciais específicas para fortalecer as parcerias com os Agentes de Representação e, também, para captar novos parceiros de negócio.

Em paralelo, foi dada continuidade ao desenvolvimento do canal bancário, com a consolidação da equipa de consultores de seguros e intensificação da presença junto da rede comercial da CEMG.

Rede de mediadores de norte a sul do país

3.653 mediadores no final de 2017

28 balcões

100 lojas de Agentes de Representação

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

Todas as empresas da Montepio Seguros têm uma grande preocupação no tratamento das reclamações que lhes são dirigidas. A análise das mesmas, permite observar as situações que se encontram menos bem, levando assim a que sejam efetuadas correções, de modo que situações análogas não venham a ocorrer no futuro, garantindo assim uma melhoria na prestação dos seus serviços.

Número de reclamações em 2017

- *1353 reclamações em 2017*
- *Taxa de encerramento: 97%*
- *Tempo médio de resposta às reclamações: 12 dias*
- *55% das reclamações relacionadas com sinistros*

Número de reclamações por Participada – 2017

- *Lusitania: 967*
- *Lusitania Vida: 20*
- *N Seguros: 366*

Reclamações por tipologia – 2017

- *Sinistros - 740*
- *Outras situações: 613*

Valorizar os Colaboradores

05

05. Valorizar os Colaboradores

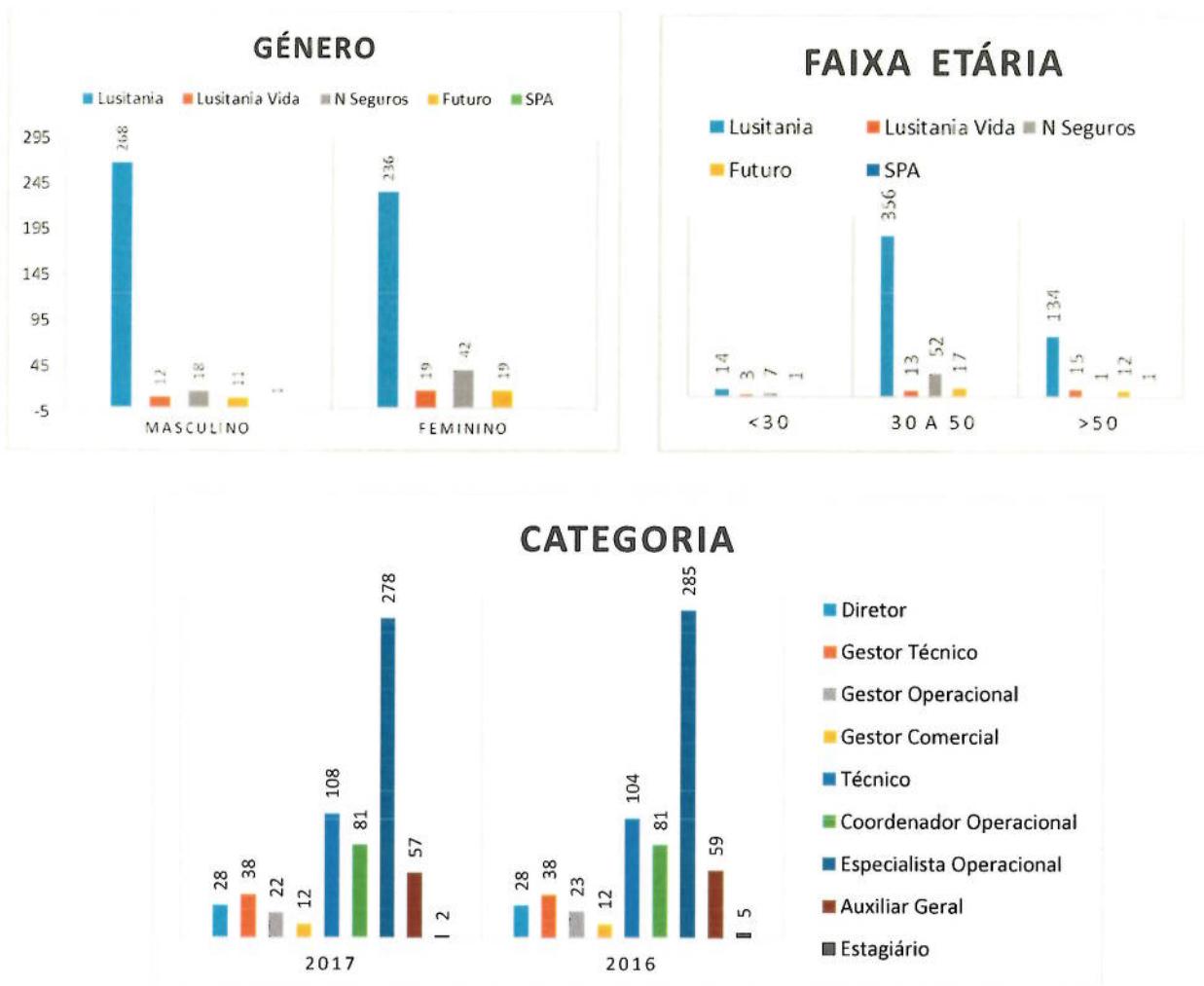
CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

No final de 2017, a Montepio Seguros era composta por 626 Colaboradores, sendo 504 da Lusitania, 31 da Lusitania Vida, 60 da N Seguros, 30 da Futuro e 1 da Sociedade Portuguesa de Administrações.

626 Colaboradores

- 49% colaboradores do género feminino e 51% do género masculino
- 74% trabalham nos serviços centrais e 26% nas áreas comerciais
- 99% dos colaboradores com contrato permanente
- 37% no Norte; 7% no Centro; 55% no Sul e 1% nas Regiões Autónomas

Colaboradores por género, categoria e faixa etária



Em 2017, foram admitidos 21 colaboradores e registaram-se 30 saídas.

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

Formação e Desenvolvimento de Competências

Em 2017 a atividade de formação desenvolveu-se, tanto para colaboradores da Montepio Seguros, como para mediadores.

Cursos e ações formativas em e-learning e presenciais realizados para colaboradores

440 colaboradores participaram em ações de formação, num total de 13.312 horas

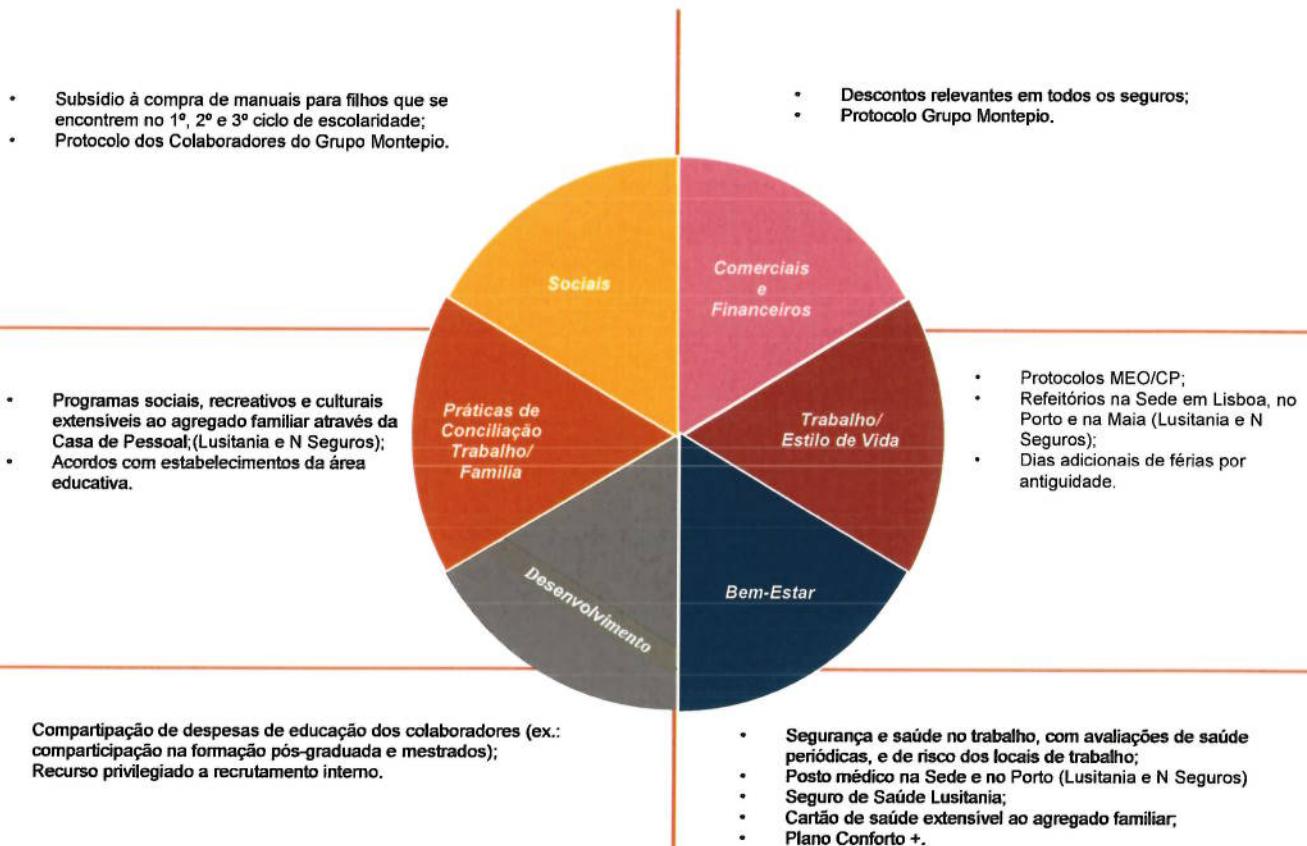
Ações para mediadores da Lusitania

8 ações, envolvendo 198 pessoas, totalizando 494 horas

3 novas sessões do Curso de Qualificação de PDEAMS – Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros, envolvendo 88 colaboradores dos agentes da Lusitania e 11 trabalhadores do Caixa Económica Montepio.

Benefícios aos Colaboradores

Em 2017, os Colaboradores da Montepio Seguros mantiveram um conjunto de benefícios, tendo em vista o seu bem-estar e conciliação entre a vida pessoal e profissional.



Investir em ações que beneficiam a comunidade

06

06. Investir em ações que beneficiam a comunidade

Lusitania

A Lusitania apoia projetos integrados de economia social com objetivos de sustentabilidade a médio prazo, contribuindo assim de forma ativa para a melhoria das condições de vida das comunidades a quem se dirigem.

Durante o ano de 2017 a Companhia desenvolveu diversos apoios destacando-se:

Instituições Beneficiadas	Oferta de seguros relacionados com o desenvolvimento da atividade da instituição	Donativo em dinheiro
Acreditar	✓	✓
Aporvela	✓	
Cuidar Melhor	✓	✓
Fundação Gil	✓	
AFID	✓	
Apoio à Vida	✓	
Ass. Mais Proximidade Melhor Vida	✓	
Corrida Montepio	✓	
Frota Solidária	✓	
Fundação Cidade de Lisboa	✓	
Nuvem Vitória	✓	
Voluntários da Leitura	✓	

Desporto

A Lusitania associa-se a profissionais em ascensão e a eventos desportivos com notoriedade em várias modalidades, nomeadamente no Atletismo e Vela com apoio ao Clube Oriental do Pechão, SuperAçor e Clube Naval de Cascais.

Cultura

A Lusitania, como empresa de fortes valores humanistas e sociais, tem participado ativamente na sociedade civil, defendendo o seu património cultural, sempre com um vincado cariz de portugalidade.

Assume-se desde há muitos anos como Mecenas Institucional da Cultura de diversos organismos nacionais de prestígio, com intervenção estratégica na preservação do património cultural e arquitetónico português. Destacam-se como parceiros, a Direção Geral de Património Cultural (DGPC), a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e o Museu da Presidência da República.

Lusitania Vida

A Lusitania Vida apoia projetos de cariz social através de donativos. Em 2017 foram atribuídos às seguintes entidades:

- Liga Nacional contra a Fome
- Associação Nacional de Ajuda aos Pobres
- Residência de Velhinhos Irmãzinhas dos Pobres
- Liga Portuguesa Contra o Cancro
- Faculdade de Letras de Lisboa

Futuro

A Futuro apoiou projetos na esfera Social e Educativa através de donativos tendo os mesmos sido atribuídos às seguintes instituições:

- Apoio à Vida
- Aprender em parceria
- Associação Hípica Terapeutica de Cascais
- Fundação Edite Costa Matos
- Egas Moniz – Cooperativa do Ensino Superior

Promover o Ambiente

07

07. Promover o Ambiente

Em todas as empresas que integram a Montepio Seguros as preocupações ambientais estão sempre presentes.

As empresas têm promovido ações no sentido de reduzir o consumo de eletricidade, de combustíveis, de papel e outro de modo a aumentar o seu desempenho ambiental.

Como exemplo, tem-se promovido a substituição da iluminação nos seus edifícios por lâmpadas de consumo reduzido e da colocação de sensores de iluminação.

Outro exemplo é a implementação de uma gestão centralizada com tabelas horárias de funcionamento e monitorização, com controlo de iluminação, climatização e ventilação.

DESEMPENHO AMBIENTAL



1.553.619Kwh | Consumo de Eletricidade

248.967Litros | Consumo de Combustíveis da frota



75,68 ton | Consumo de Papel

48,44 ton | Impressos;

18,71 ton | Resmas de papel;

8,53 ton | Material de higiene.



0,8 ton | Resíduos totais produzidos (Lusitania)

0,1 ton | Lâmpadas (SILAMB);

0,47 ton | Recolha contentores assépticos (Cannon)

Todos os resíduos são considerados não perigosos e o destino final é a valorização.



Montepio Seguros SGPS, S.A.

